

GAZETA

da semana

NÚMERO ESPECIAL

Director Interino
JOÃO MARTINS PEREIRADirector-Adjunto Interino
JORGE ALMEIDA FERNANDES

Gazeta faz festa: hoje em Lisboa amanhã no Porto

A festa é só o começo. É o primeiro passo para preparar o regresso do jornal.

Em Lisboa, esta tarde, no Pavilhão de Desportos, 8 horas de festa, das 4 à meia-noite. Há canto: Zeca Afonso, Sérgio Godinho, Fanhais, Fausto, Júlio Pereira e Vitorino. Teatro: Cornucópia e «Os Cómicos». Rock e Jazz: Plexus, Música da Atlântida, Ephedra, Tantra e Beatnicks.

No Porto é amanhã, no Palácio de Cristal: Teatro, cinema infantil, variedades, Jazz; e cantam: Sérgio Godinho, J. Mário Branco e Fausto.

Não é um espectáculo. É uma festa.

O que faz falta é informar a malta

• Quando a Rádio, a Televisão e quase todos os jornais mentem, os nossos leitores dizem que é preciso fazer do Gazeta uma «Máquina de guerra»



O Governo PS a contas com a história

O facto é que, para governar mesmo, o governo dia a dia se aproxima mais das posições da direita, sem ainda a ter conseguido satisfazer. E talvez por isso continua a dizer que «é um governo de esquerda», o único viável.

Nós afirmamos que não, que o governo PS não é «um governo de esquerda». Pois se mais não houvesse (e muito há), não pode ser de esquerda o governo que está a enterrar de forma trágica qualquer hipótese de independência nacional. E que se está a enterrar perante a História — sem apelo.

(Ler pág. 5)

Liceus: para onde foi a revolta?

Nos liceus, dizem, já nada acontece. Nada a não ser a fascização progressiva, já nem muito subtil, mas tragável na sua lentidão. Nos liceus, dizem, o conformismo instala-se, a normalização impõe-se.

Tudo na melhor? E os estudantes?

Gazeta ouviu alguns, de três grandes liceus de Lisboa: o D. João de Castro, o Padre António Vieira e o Maria Amália. No liceu sentem-se mal. No seu descontentamento está latente a revolta. Eles contam ou permitem que se perceba, como é possível instalar-se nas escolas o fascismo.

(Ler pág. 7)

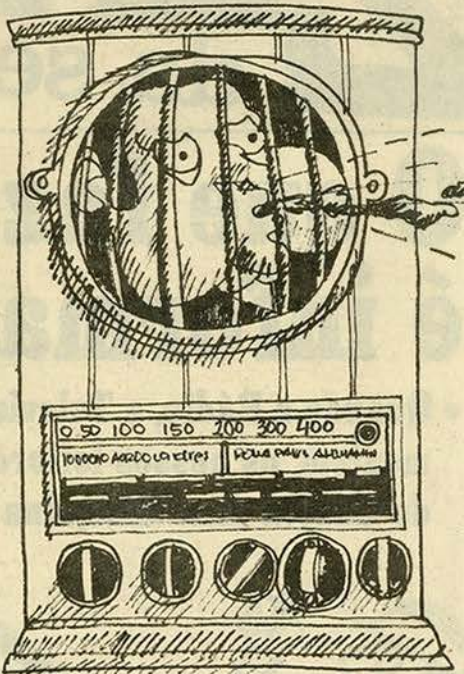
A Polícia e o Cardeal unidos contra o direito ao aborto

A Associação de Planeamento Familiar, com sede em Lisboa, foi alvo de uma busca por agentes da Polícia Judiciária. Os jornais praticamente não noticiaram este acontecimento que ocorreu nos primeiros dias deste ano de 1977: — os agentes iam à procura de provas do «crime de aborto», estando esta acção relacionada com o processo instaurado há meses aos responsáveis pelo programa televisivo «Nome-Mulher» dedicado ao problema.

Mais de 180 mil mulheres praticam clandestinamente o aborto em Portugal, sujeitando-se à condenação de dois a oito anos de prisão nos termos do art.º 358 do Código Penal. Neste momento corre um abaixo-assinado que já reuniu milhares de assinaturas exigindo a revogação da lei repressiva contra o aborto.

(Ler pág. 6)

Rádio-Cuspia



caso sério de sucesso e os responsáveis devem ser louvados pelo seu esforço.

Foi nestes termos que certo dia o governo se pôs a pensar com os seus botões, de novo estirado na doce névem do poder.

Nessa altura um deles, prisioneiro perpétua, e chegou a «auto-suicídio» um membro da «comissão a-dé-agá-o-cé» encarregado de averiguar porque «caiu um avião da Tua», onde viajava uma equipa de «juvénis» que em jogo a contar para o campeonato «empatou a uma bola a zero».

Deste modo as averiguações foram adiadas «salna dal».

Demitiu-se o ministro «VOLTER ROSA» e chegou ao nosso país um carregamento de «batatas podres apodrecidas».

Do estrangeiro: Segundo «o conhecido jornal alemão DAI WELT», o «lader» do partido governamental analisou «os resultados que os partidos obteram».

«Na África Australiana» explodiu um «engenho explosivo» e o «farinhofice» chamou a atenção para a «polícia anti-infacionista».

«Caíu um avião da «Air France» que transportava «catalões» para «Vancouver» e «Chicago».

«Queremos agora fazer uma rectificação: há pouco referimo-nos à África Australiana, mas não era essa. Era a África Austrab».

Neste «noticiário» vamos ler um comunicado governamental, face ao qual, todas as notícias por nós transmitidas até agora sobre este assunto, devem ser consideradas como pura especulação».

Terminamos falando de «Alves Redói».

Segue-se um intervalo musical onde podem ouvir «Sergé Reggiani» e «Prokofiffe».

Fez um gesto brusco de quem atira para trás das costas maus pensamentos, recostou-se molemente e talvez para adormecer, ligou baixinho o rádio:

— «São meio dia. Perdão. É onze horas».

Vão ouvir mais um «bloco informatório».

«Realizou-se um petardo»

Em suma: a euforia era tanta que, sabendo do nítido aumento das vendas de transistores, o governo pensou logo em desnacionalizar as fábricas de telefonias ou entregá-las aos patrões, mas veio a deslustrar da ideia por não existir nenhuma fábrica dessas.

— «O que se passa é um

Estirado na doce névem do poder, estendeu enfim as pernas, desenvolveu um festivo champanhe interior e livre de todos os funcionários do palácio meteu suave discurso com os seus botões:

— «Agora que sou governo, que me falta? Tenho o povo e os sindicatos, as empresas, as comissões de moradores, as cidades, as ruas, os próprios carros eléctricos e as casas. Que me falta, se tenho os campos e os rios, as praias, os jornais, a televisão e a rádio?»

— «A rádio! diz V. Ex.ª muito bem!» — apoiaram à uma, de dentro das suas casas, os botões do governo.

Tudo começou assim. E passaram uns dias veio a ser decretado que a rádio estaria obrigatoriamente em todos os actos governamentais.

Sempre que o governo dissesse «não às ditaduras venham donde vierem!» «abaixo o totalitarismo!», «fora o poder popular!», milhares de alfaiates deveriam levar a sua palavra aos amargos lares do doce povo e multiplicá-la, tanto quanto o humano ouvido suportasse. E como as ideias são como as cerejas, logo o governo mandou nomear directores competentes. Tão competentes que os trabalhadores não tivessem necessidade de fazer plênários para discutir a informação a dar ao povo.

Muito contentes os novos directores começaram a publicar, à razão de várias por dia, notas de serviço e ordens, notícias, actividade que os tornava singularmente pluralistas.

Escusado será dizer que a voz dessas ordens era para respeitar, porque ela era a própria fala da vontade popular: pois se o povo elegera o governo, o governo nomeara os directores e os directores haviam designado os chefes...

Assim tudo corria às mil maravilhas. E nunca mais viv' alma encontrou um ministro onde não estivesse

a rádio, num discreto gravador que fosse: os secretários de estado puderam passar a dormir livres de sobressaltos: agora sabiam que a sua voz chegaria ao povo e com tal assiduidade que o difícil era já o aguçado engenho capaz de manter o intenso caudal a que a audiência se habituara.

Eram compensadores os resultados. E ao mesmo tempo, crescia inegavelmente a popularidade da rádio.

E tanto assim era que se tornaram frequentes as disputas junto às paragens dos transportes públicos. Não por serem eles escassos ou caros os bilhetes, mas porque os trabalhadores saídos das fábricas ansiavam por chegar a casa no recelo de perderem uma qualquer das emissões radiofónicas.

Os engarrafamentos multiplicavam-se em intermináveis e divertidas filas, porque os automobilistas não resistiam à rádio, parando absortos a escutá-la. Aliás esboçava-se já a vulgarização de uma nova espécie de indivíduo cujas características mais marcantes eram o caminhar mecânico, os olhos fixos, explosões de alegria atónita e um auricular no ouvido.

Mas havia outros sinais de completa alteração dos

costumes. Notou-se por exemplo que à noite estavam as cidades a ficar despopoadas. Muitos julgaram perceber no fenómeno a adesão popular às medidas de poupança de energia. Mas a verdade era outra: de repente todos os habitantes se haviam tornado ouvintes incansáveis.



GAZETA da semana

COLLECTIVO — João Martins Pereira (director interino); Jorge Almeida Fernandes (director-adjunto interino); António Mendes Nunes, Helena Policarpo, Joaquim Lima, João Santos, José António Salvador, José González, José Leal Loureiro, Lourenço Antunes, Luísa Terça Margarida Silva Dias, Regina Louro, Rui Martins (redactores); Zé d'Almeida (gráfico); Miguel Santos (fotografia); António Jorge da Silva, Fernando Rafael, Graça Maria, José Manuel Gonçalves (administração/distribuição); Adelino Gomes, Alexandre Oliveira, Alfredo Soveral Martins, Alice Ribeiro Santos, Ana Martins, Angela Vidal, António Casiro, Artur Couto e Santos, Esperança Marreiros, Fátima Patriarca, Fernando Belo, Francisco Neves, J. Cid dos Santos, J. Henrique, J. Pulido Valente, J. C. Santos Alves, João Botelho (gráfico), Joaquim Furtado, L. M. Villan, L. Ruivo, Lúres, Silva, M. A. Pina, M. J. Ricardo, Natércia Pacheco, Nuno Brazança, Nuno Pereira da Silva, Paulo Ferreira, Ralvas, Ricardo Lima, Valdemir Alexandre, Vitor Ferreira (colaboradores).

PROPRIEDADE — Agua Mole — Sociedade Cooperativa para produção de actividades culturais e editoriais, SCARL.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, dt.º — Telefones 56 28 69 (redacção); 56 13 30 (administração-distribuição).

REDACÇÃO NO PORTO — Rua de Santa Catarina, 218, 1.º — Sala 404 — Telef. 38 06 08

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — Empresa Pública dos Jornais SÉCULO e POPULAR (EPSP), Rua Luz Soriano, 81 — Lisboa.

DISTRIBUIÇÃO — Lisboa e Província: Caseta da Semana/Coop. Agua Mole, S. C. A. R. L., Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, dt.º — Telef. 56 13 30 — Lisboa.

Perto e Norte — Mário Silva Braga, Lda., Rua Dousa de Terceira, 263-271 — Telef. 5 71 75/6 — Porto.

Coimbra e Beira Alta — Distribuidora «O Século», Av. Fernão de Magalhães, 45B — Telef. 2 27 29 — Coimbra.

O verdadeiro relatório das sevícias OS PREÇOS COMEM OS SALÁRIOS

Os salários subiram o ano passado? O nível de vida dos trabalhadores mantém-se. Que vai acontecer aos salários e aos preços nos próximos tempos?

A maior parte dos trabalhadores faz hoje estas perguntas. Para definir uma tática de classe é necessário dar-lhes uma resposta.

A resposta — com os elementos disponíveis — é simples.

Os salários na indústria e transportes aumentaram muito pouco durante os primeiros nove meses do ano passado.

Os preços aumentaram mais do dobro dos salários. Nos últimos meses aumentou a velocidade com que os preços sobem: em Setembro, Outubro e Novembro os preços no consumidor em Lisboa subiram em relação ao mês anterior, 3,4 por cento, 4,1 por cento e 1,3 por cento, respectivamente.

No Porto os aumentos de preços no mesmo período foram 3,2 por cento, 0,2 por cento e 3,2 por cento. Referimo-nos sempre ao índice de preços no consumidor sem a habitação — como não há casas novas para alugar, o índice de preços da habitação não varia. Isto é, o índice de preços não sobe porque não há mercadoria (neste caso a mercadoria é a casa para alugar).

Estes aumentos de preços são muito elevados, porque se referem apenas a períodos de trinta dias. Se compararmos os preços no consumidor com os de um ano antes vemos aumentos muito substanciais. Em Outubro e Novembro de 1976 os preços no consumidor em Lisboa eram 25 por cento mais altos que em Outubro e Novembro de 1975. Entre as mesmas datas, o aumento no Porto foi de aproximadamente de 16 por cento.

O SALÁRIO REAL DIMINUIU UM DÉCIMO

Os salários sobem muito pouco. Os preços sobem muito. Quer isto dizer que diminui o salário real — aquilo que os trabalhadores podem comprar, o seu nível de vida, numa aproximação grosseira. O quadro mostra que nos primeiros nove meses de 1976 o salário real na indústria e transportes em Lisboa e no Porto diminuiu quase um décimo. Estas estatísticas sub-

estimam a diminuição do salário real — a diminuição efectiva deve ter sido maior que a diminuição medida no quadro.

A burguesia está interessada em que continue a diminuição — embora não seja possível quantificar previsões. De facto, a lei do valor capitalista funciona hoje no sentido do aumento dos preços. E a política do governo socialista necessita desta evolução. Por isso não vai criar condições que permitam impedir a alta dos preços. Quando muito irá pôr, aqui e ali, alguns panos quentes.

A política socialista consiste em transferir para a carteira dos capitalistas a maior parte possível da mais-valia criada pelos trabalhadores portugueses. A justificação desta política é que investimos pouco, consumimos de mais e o desequilíbrio da balança de pagamentos com o estrangeiro só pode ser resolvido com um aumento das exportações e uma diminui-

ção das importações para consumo.

AUMENTAR OS LUCROS

Aumentar o investimento numa sociedade capitalista como Portugal significa aumentar os lucros — quer eles fiquem nas mãos dos capitalistas quer no Estado-padrão. No curto prazo, os lucros do capitalista aumentam se a subida dos preços for maior que a dos salários. De facto os trabalhadores recebem salários e os capitalistas recebem a diferença entre os preços e o que pagaram — matérias-primas, equipamentos e salários.

A burguesia não pode mandar a G.N.R. ao Médio Oriente baixar o preço do petróleo, nem fazer cisões sindicais na Suécia para diminuir o preço dos motores importados, nem dividir os trabalhadores italianos atacando as zonas operárias mais fracas (pequenas empresas têxteis, por exemplo), nem obrigar os consumidores americanos a comprar produtos portugueses. Para aumentar os lucros no curto prazo a burguesia tem que atacar os salários dos trabalhadores portugueses.

Atacar os salários, fazê-los baixar, pode ser feito com dois métodos: baixar o salário nominal (um operário ganhava 200 escudos, passa a ganhar 180); baixar o salário real (o operário continua a ganhar 200 mas as mercadorias que tem de comprar são mais caras). Muitos patrões tentam já hoje aplicar o primeiro método. Mas a relação de forças não o permite. O segundo método é o dominante.

Assim a política do governo socialista entronca-se com a necessidade imediata da bur-

guesia portuguesa: reconstituir os lucros, fazendo os preços subir mais que os salários.

Esta política tem vindo a ser aplicada coerentemente desde o predomínio governamental socialista — isto é, desde o VI Governo Provisório. É uma política fundamentalmente anti-operária. Mas além disto, é uma política que, mesmo do ponto de vista da economia capitalista, não é eficaz e não tem condições de viabilidade fora de uma submissão ainda mais acentuada ao imperialismo.

PS: ANTI-OPERÁRIO, INEFICAZ, INVIÁVEL

Vejam rapidamente a eficácia. Se a política fosse eficaz, a produção aumentaria: o que os trabalhadores portugueses não comprassem, seria comprado pelo estrangeiro ou por capitalistas-investidores. O facto é que a produção não aumenta, ou aumenta pouquíssimo. A produção industrial em Julho e Agosto foi inferior em 8 por cento e 3 por cento, respectivamente, à de um ano antes (índice geral da produção industrial, corrigido dos dias úteis, últimos dados conhecidos).

As condições de viabilidade da política socialista, a médio e longo prazo, são injecções maciças de capital e técnicas estrangeiras. Mas o capital estrangeiro não virá a fênis: quer ter lucro. Ora, nas condições actuais do capitalismo, esse lucro só virá se os salários portugueses diminuírem ou se se investir em indústrias em que os salários sejam menos no custo de produção. A burguesia portuguesa e a internacional não sabem quais são essas indústrias.

A política socialista fecha-se num círculo vicioso: o capital não vem porque não há lucros (os salários ainda são altos, não há oportunidade de investimento internacional), não há lucros porque o capital não vem para as indústrias que dariam lucros.

Por outro lado, o aumento dos preços a uma velocidade muito superior à das economias capitalistas avançadas agrava o desequilíbrio a médio prazo da balança de pagamentos com o estrangeiro. Impõe, no imediato, uma pô-

lítica de desvalorização permanentemente do estudo e faz a cama a uma desvalorização brutal e brusca (exceto no caso pouco provável de os «frutos» de novos investimentos serem colhidos antes do esgotamento dos meios de pagamento externos).

QUERER VENCER, ATACAR A INFLAÇÃO

Esta situação impõe uma dupla tomada de consciência. A classe operária e todos os trabalhadores só podem derrotar a burguesia se desenvolverem uma solução popular para a crise. E esta solução exige uma clarificação ideológica. Sem saber o que Portugal quer, sem acreditar na vitória, sem querer vencer a classe operária não se pode preparar uma contra-ofensiva viçorosa.

No imediato, a tática de

luta sindical terá que ter em conta a política inflacionista da burguesia e do governo PS para a combater com êxito. Não é o local de sugerir medidas de resposta, nem uma tática sindical pode assentar apenas na análise dos salários e preços (combate ao desemprego e a necessidade de unificação da classe operária e dos trabalhadores, por exemplo, são pelo menos tão importantes).

Mas convém ter em conta o seguinte: se os preços sobem 25 por cento ao ano, se os CCT duram um ano e meio, se o aumento de salários conquistado num CCT é de 20 por cento, esse aumento será comido pelos preços na primeira metade do período de vigência do CCT. Em fase de inflação os aumentos salariais significam pouco se não houver garantias de actualização automática dos salários face à alta dos preços.

L. S. M.

Congresso do PS — interessa-se pelo Movimento Sindical

Congresso de Todos os Sindicatos, ou não, seguramente não será o Congresso da Unidade de todos os trabalhadores portugueses e não prima por pessimismo ou falta de análise afirmar que, independentemente das conclusões a que nele se chegue, os trabalhadores terão que continuar a lutar tenazmente para que o Movimento Sindical não continue a rebote da política dos Partidos.

É nesta perspectiva que o Congresso do Partido Socialista surge como um dado fundamental, capaz de alterar profundamente as directrizes saídas do Congresso dos Sindicatos.

O adiamento para dia 30 do Congresso do P. S. impossível, de imediato, uma tomada de posição estratégica face ao que ali for decidido, dado que coincidirá com o último dia de trabalhos do Congresso dos Sindicatos. Obviamente, esse adiamento tem muito que ver com o Congresso dos Sindicatos.

De seguir portanto, atentamente, o evoluir das contradições no seio do Partido Socialista. As questões surgidas em torno da Comissão de Trabalho estão longe de estar apaziguadas, batendo-se neste momento a ala direita do partido por posições mais radicais, por isso mesmo mais duras, como seja a suspensão — expulsão de militantes mais lutadores, pese embora tudo se processar o «mais democraticamente possível», no seio das «estruturas democráticas» do P. S.

Ao apoiar a indemnização dos capitalistas expropriados, ao apoiar a política mais do que conservadora de alguns ministérios (MEIC, Agricultura, Informação), numa perspectiva de encosto e apoio cego ao Governo, ao reafirmar todo o seu apoio às direcções sindicais subscritoras da «Carta Aberta», a Comissão de Trabalho agrava as tensões nos sectores do trabalho, sacrificando essa ala a um comprometimento e apaziguamento das camadas da média e pequena burguesia que no P. S. ainda depositaram o seu voto.

Política de sobrevivência fracassada à partida, já que o P. S. D., e também o C. D. S., não deixará correr por créditos alheios o relativo equilíbrio de forças que adquiriu com as eleições par as autarquias locais.

CGT: MAS QUAL?

A cisão concretiza-se.

O interesse da burguesia nacional coincide neste caso com a prática da linha sindical seguida pelas direcções afectas ou controladas pelo P. C. P., ao prepararem o terreno de luta no qual se degradarão os trabalhadores. Claramente os trabalhadores portugueses vêm demonstrando que neste momento já se não trata de uma opção entre a Carta Aberta (que rejeitam consequentemente) ou a Intersindical, mas sim de construir a Confederação Geral dos Sindicatos, Central Única de todos os trabalhadores. Dentro dos Sindicatos que aderiram ao Congresso, até o momento 263, sendo 75 não-filiados na Inter debatem-se várias correntes com maior ou menor capacidade de expressão.

— Apresentado em conferência de Imprensa, o «Caderno reivindicativo imediato dos trabalhadores portugueses» resultante na sua quase totalidade, da necessidade de dar corpo às muitas críticas apresentadas ao «Programa de Acção», continua a merecer opiniões críticas. Tratando-se do «como pôr na prática» as decisões dos trabalhadores, compreende-se a sua importância e em que medida é definidora da linha sindical seguida.

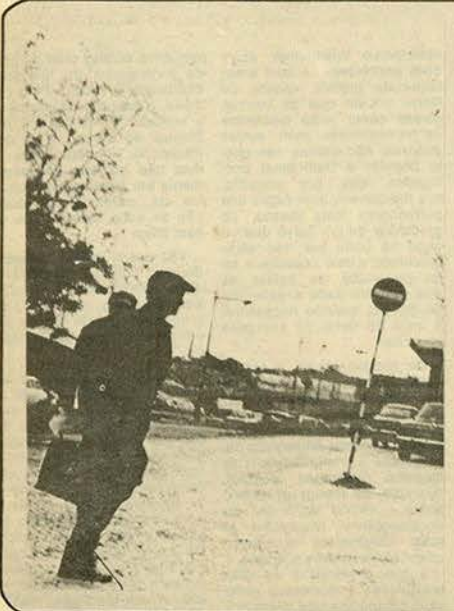
Definido por um sindicalista como «um Pacto Social desfarçado», o Sindicato dos Têxteis apresentou já em contraproposta ao «Caderno reivindicativo», o seu «Programa Immediato da luta dos trabalhadores portugueses», definindo objectivos concretos a alcançar, contando o terreno da luta, diária, no local de trabalho. Aguardam-se outros textos.

L. A.

Salários e preços em 1976 (em percentagem)

	Lisboa	Porto
Aumento dos salários	6,1	3,6
Aumento dos preços	14,5	12,7
Diminuição do salário real	8,4	9,1

NOTA — os salários considerados são os do índice de salários na indústria e transportes nas cidades de Lisboa e Porto. Os preços são o total do índice de preços no consumidor sem a habitação em Lisboa e Porto. O período considerado no quadro começa no princípio de Janeiro e acaba no fim de Setembro de 1976.





Ao virar do ano

O Governo PS a contas com a história

O governo PS leva cinco meses de vida. O PS leva mais de um ano de poder hegemónico. Para quem viveu a grande «hipótese revolucionária» de 74-75 e a exaltação de um período sob muitos aspectos único na história portuguesa, o reinado PS parece marcar o início de mais um ciclo de dependência, de entrega, de humilhação — como tantos outros que este povo já viveu — mais um ciclo de mediocridade balofa e arrogante, de compadrio mesquinho, de retórico fútil. Os novos barões, já estão aí, à espera dos favores do poder — e muitos só são novos pela máscara que envergaram. A tropa, vigilante, garante-nos a ordem e protege-nos contra imaginárias invasões. Multiplicam-se as cerimónias, as festas e os banquetes para a «classe política», proferem-se discursos sempre «de grande importância», recebem-se ilustres visitantes e visitam-se ilustres anfitriões — enfim monta-se o espectáculo da política a pretexto de dignificar a «jovem democracia», que nem pedia tanto.

Dir-se-ia, pois, que, goste mos ou não, a democracia torna-se, com certos arremedos ridículos atribuíveis à sua verdade, está a assentar arraiais pela mão titubeante do partido de Soares. A aparente facilidade com que o governo tem atravessado os escolhos parlamentares é mesmo de molde a iludir muitos governantes e dirigentes socialistas sobre essa questão. É tão simples: basta, quando as coisas ameaçam ficar feias, agitar o espantalho de que «não há alternativa democrática para este governo».

JÁ NEM FALAMOS DE...

Só que, iludidos ou não tais governantes ou dirigentes

eleições ditas para o «poder local...»), os «tachos» distribuídos com profusão, as choduras maquiadas (milhares e milhares de contos) pagas em indemnizações a fascistas saenados que de repente deram por ter gozado as mais longas e mais bem pagas férias da sua vida, etc etc.

Já nem falamos na autêntica censura em órgãos de informações directamente controlados pelo governo: na TV há um senhor tenente que não faz outra coisa, indo ao ponto de mandar cortar o som em reportagem filmadas quando trabalhadores gritam slogans que lhe ferem os ouvidos... Já não falamos nos platónicos protestos com que se

enfraquecer os sindicatos, havendo já quem fale na hipótese de uma segunda central sindical apadrinhada pelo governo.

PÔR E TIRAR GERAIS

Não falamos de nada disso.

Queremos só falar de algo se possível ainda mais grave do que isso tudo. Queremos falar de um governo que, dizendo-se defensor da independência nacional, colocou em pouco mais de um ano (porque o VI Governo já era um governo PS) este país em posição de autêntico mendigo da interessada «germanidade» do imperialismo germano-americano. O próprio Ministro das Finanças, que teve de ir à pressa aos Estados Unidos face à iminência de se esgotarem as divisas ainda antes do fim de Janeiro, atomizava-se com a ideia de se ter de sustentar um serviço da dívida externa (juros e reembolsos) superior a 15 milhões de contos anuais isto é, mais de metade do que para cá enviam os emigrantes terá de ser afectado exclusivamente a este fim! Mas tudo se prepara para negociar mais e mais empréstimos, ou seja, para enterrar qualquer hipótese de reequilibrar a balança de pagamentos por longos anos. E é óbvio que empréstimos destes, vindos de onde vêm e implorados com a corda ao pescoço, não podem ser concedidos «de borla».

tamente ou por entreposta via, não têm qualquer dificuldade em tais circunstâncias em pôr e tirar governos, em pôr e tirar gerais em funções «sensíveis», etc. etc. E não esqueçamos que se o comando de uma brigada NATO é algo imediatamente político, já aqui demonstrámos que uma desvalorização do escudo não o seria muito menos...

O GOVERNO PS NÃO É UM «GOVERNO DE ESQUERDA»

É bem possível que, no momento presente, qualquer alternativa de governo que se possa vislumbrar como viável (dentro das relações de força da cúpula institucional) fosse ainda mais dramaticamente «entreguista» e tivesse ainda bem menos escrúpulos «democráticos». Mas isso não chega para que não digamos alto e bom som que este governo não tem o direito de se auto-classificar como «um governo de esquerda». E que quem continua, há mais de um ano, a agravar a crise económica só pode ser quem detém o poder económico: é, por um lado, o governo, que só vê solução para a crise na «chuva de dólares» cujo preço parece disposto a pagar; e é, por outro, o capital privado, que por via da C. I. P. (a quem o CDS manda dizer estas coisas), ainda considera a política do governo «asfixiante para a iniciativa privada» e, em consequência, se abstém



— pouco importa — é bem outro o rumo que as coisas estão a tomar, para lá das aparências que até podem manter-se por tempo mais ou menos longo.

Já não falamos nos fechados de Escotas, nas restituições de empresas, nas desanexações, nos despejos.

Já não falamos nos aumentos de preços, que prometem em 77 atingir níveis dramáticos, enquanto se espera por um «cabaz de bens essenciais» que vai estando mais caro cada dia que passa.

Já nem falamos na austeridade exigida e a cada momento violada pelo próprio poder: as fastuosas comitivas governamentais, os cocktails com whisky à disposição (como o oferecido pela TV na noite das

acolhem as escandalosas penas aplicadas aos PIDES, o silêncio com que se acompanha o «esquecimento» em que vão caindo os processos dos bombistas, a passividade com que se tem assistido à proliferação da imprensa fascista e às suas provocações. Quando a gente se lembra que o PS se especializou em abandonar governos e fazer «greve de governo» demonstrando uma notória «capacidade de protesto»...

Já não falamos nos verdadeiros espectáculos de «atentado à democracia» que foram a mesa-redonda dos secretários-gerais e o «debate» parlamentar do Orçamento e do Plano.

Já não falamos na estratégia deliberada para dividir e

Não foi o primeiro ministro que, perante as câmaras da televisão, disse que havia matéria relativa a estes empréstimos que não podia ser discutida publicamente na Assembleia da República?!

É preciso que se saiba que é este governo, que tanto se queixa do «Gonçalvismo» (até quando se farão sentir os efeitos do dito?...), quem está a conduzir Portugal ao conhecido círculo vicioso dos chamados «países subdesenvolvidos» (ou países que o imperialismo não deixa desenvolver), em que de há muito já as saídas anuais de divisas a título do «serviço da dívida» superam as entradas de capitais a título de «auxílio externo». Os Estados Unidos, sempre principal credor, direc-

to de participar na famosa «re-construção económica».

A cegueira, se assim se lhe pode chamar, dos dirigentes do P. S., a sua ignorância (?) das lições da História, fazem-nos temer — não por eles, é claro, — que este governo possa vir a ficar intimamente associado, como responsável directo, a mais uma fase «negra» do acidentado e secular percurso deste povo a caminho de uma libertação que o 25 de Abril lhe prometeu.

Só uma luta sem tréguas, uma denúncia permanente deste governo que se diz da esquerda nos poderá ainda evitar outro que não tenha vergonha de se afirmar de direita.

J. M. P.

Recomeçar a vencer com o «Gazeta»

O «Gazeta da Semana» está em luta, mas não venceu ainda a crise que o parou. Este número é um jornal especial, com muitos textos sobre o «Gazeta» e alguns artigos sobre certos aspectos da vida nacional, ou melhor, da luta de classes em Portugal. É um jornal de luta, de mobilização dos leitores. Apontamos uma meta: sair em Fevereiro. Mas não marçamos data. Tudo dependerá do êxito das festas e da campanha de fundos que lançamos. Tudo dependerá ainda da capacidade de organização que conseguirmos e, sobretudo, do modo como soubermos corrigir os erros e os vazios do nosso jornal.

Não é também por acaso que as primeiras páginas deste número falam da Rádio e Televisão. Quanto maior é a miséria e a mentira da grande informação, mais importante é o combate nesta frente. Não se trata apenas de resistir e equilibrar as contas. Trata-se sobretudo de fazer do «Gazeta» a «máquina de guerra», um instrumento de informação dos trabalhadores.

A ALTERNATIVA E AS CRISES

As dificuldades e a passagem do «Gazeta» não são independentes da crise da esquerda revolucionária e as dificuldades de concretizar uma alternativa revolucionária ao «estado de coisas presentes».

Hoje, as nossas dificuldades não são apenas táticas nem organizativas. São sobretudo estratégicas. São muitas as questões a que os revolucionários portugueses não conseguiram ainda dar uma resposta.

Qual o socialismo por que lutamos? Que lições tiramos da nossa experiência revolucionária, da grandeza e da fraqueza do Poder Popular no período que se seguiu ao 25 de Abril?

Qual a linha de unidade e das alianças que permite aos trabalhadores isolar o inimigo principal, conquistar a maioria do povo para a revolução e neutralizar a hegemonia ideológica e organizativa das forças reformistas?

Como assegurar a organização duma verdadeira direcção política e assegurar a prática da democracia operária?

Como ligar, no combate político, as principais frentes de luta, não esquecendo que as questões da ideologia, da vida quotidiana, as da opressão da mulher ou das jovens, são questões extremamente importantes, que têm a ver com a unidade ou divisão do povo que têm a ver com a opção que milhares de trabalhadores estão a fazer. Vemos os fascistas, o capital e as Igrejas, explorar demagogicamente estes terrenos, enquanto os revolucionários hesitam e caminham às cegas.

O reflexo desta situação é a crise que atinge os vários partidos da esquerda revolucionária, os órgãos populares de base, a imprensa revolucionária, não fugindo o «Gazeta» à regra. Esta crise atinge com particular gravidade o projecto organizativo mais ambicioso, o do MUP-GDUP's.

O MUP procurou conformar muitos dos obstáculos à unidade, muitos dos factores de divisão, fugindo a uma definição estratégica, privilegiando as plataformas práticas da unidade imediata. Estes serviram para começar, mas não servem hoje para avançar. Por isso, o MUP está quase paralisado.

RECOMEÇAR A VENCER

Entretanto, por que esperamos? Não continua a burguesia portuguesa a enredar-se, dia a dia e cada vez mais, na sua crise e na teia da sua impotência histórica? Que mais pode fazer o Governo PS do que não resolver coisa nenhuma e obedecer aos padrões alemães e americanos?

E serão o PPD e o CDS alternativa ao PS? Não está a burguesia patentemente dividida e sem saída visível para esta crise? E o PC? Será o PC alternativa para alguma coisa? O PC controla aparelhos sindicais e algumas autarquias, mas para quê, para onde? O PC vai apoiar algumas campanhas de luta sindical, como válvula de escape ou como forma de reforçar o seu poder de negociação, com Eanes, com Soares, com a CIP. Mas onde leva isso?

Dizemos, no 25 de Novembro, que era preciso recomeçar a vencer. No último número, falamos de luta dos operários e operárias de Manuel Lopes Henriques. Eles, ensinaram-nos uma coisa: recomeçar a vencer.

Os próximos meses vão conhecer uma renovação das lutas. Uma direcção política faz falta. E também faz falta o «Gazeta». Sobre tudo, um «Gazeta» que saiba ajudar a responder às questões de que acima falamos. Uma «máquina de guerra» na frente da informação.



«A segunda ameaça à Paz»

No dia 6 de Janeiro de 1977 a Polícia Judiciária «visitou» a Associação de Planeamento Familiar, em Lisboa, procurando provas sobre o crime de aborto praticado face às câmaras da televisão, no programa Nome-Mulher.

Em todos os países em que a lei sobre o aborto foi liberalizada ou estará em vias de sê-lo, foi determinante a luta levada a cabo pelos movimentos de mulheres. Citemos apenas o caso dos Estados Unidos, França, Inglaterra e Itália.

Na sua homília no dia de Ano Novo, o Cardeal Patriarca afirmou: «A segunda ameaça à paz é o aborto». O que ele se esqueceu de dizer é que ainda recentemente a Igreja Católica defendeu no Paquistão o aborto forçado e a esterilização. «Não precisa de ser uma coisa repressiva», disse um missionário, «mas tem de ser obrigatória».

Significativo é o facto do P. S. ter incluído no seu programa eleitoral um parágrafo, em que propõe a abolição de todas as leis repressivas sobre o aborto, tendo no entanto tido o cuidado de o retirar do seu programa de governo.

Se quiseres assinar...

Cerca de 180 000 mulheres abortam clandestinamente, por ano, em Portugal — em condições humilhantes e perigosas.

As condições de menor ou maior segurança resultam, exclusivamente da maior ou menor disponibilidade financeira das mulheres em questão. Em consequência destes abortos morrem anualmente cerca de 2000 mulheres.

Não pode o Governo dizer ignorar este estado de coisas, pois o próprio secretário de Estado da Saúde, no diploma legal agora publicado, referente à criação de centros de planeamento familiar, se refere em preâmbulo, a esta dramática realidade.

Não se pode, pois, compreender que o artigo número 358 do Código Penal, considerando o aborto como crime punível com dois a oito anos de prisão, não tenha sido ainda revogado.

Em face do que foi exposto, premente se torna:

EXIGIR a abolição da legislação sobre o aborto;
— EXIGIR o livre acesso aos meios contraceptivos, porque consideramos o aborto o último recurso de evitar uma gravidez não desejada, bem como uma larga e correcta informação sobre todas as questões referentes à sexualidade;

— EXIGIR, para que se torne possível que todas as mulheres estejam em igualdade de condições perante a gravidez, o parto e o aborto, que a sua assistência seja gratuita, mediante a sua integração em regime de segurança social.

Todas as mulheres que queiram subscrever-lo, poderão fazê-lo para a «Gazeta da Semana», ou para o M. L. M. (Av. Pedro Álvares Cabral, 49)

Direito ao nosso corpo Direito à contracepção e ao aborto

No dia 15 de Fevereiro de 1975 um grupo de duas dezenas de mulheres manifestaram a sua solidariedade com as mulheres italianas presas por terem abortado. Vêm para a rua, afirmando a vontade de se bater por este direito fundamental: só elas podem decidir dos filhos que desejam ou não desejam ter.

Dois anos depois, este abaixo-assinado recolhe mais de seis mil assinaturas, demonstrando a força crescente com que as mulheres exigem este direito.

Durante estes dois anos, mulheres, aqui e além foram tomando iniciativas que abriram caminho à luta que hoje prosseguimos. Muitas delas, isoladamente. O que é certo, é que este esforço começa hoje a tornar-se visível e a permitir-nos descortinar uma força colectiva capaz de se opor aos discursos e ameaças do poder. E foi assim que em:

Maio de 1974 — Forma-se o M. L. M. que apresenta como reivindicação imediata a contracepção e o aborto livres e gratuitos.

15 de Fevereiro de 1975 — Realiza-se uma manifestação do M. L. M. exigindo a revogação da lei sobre o aborto e solidarizando-se com as suas companheiras italianas em luta.

Abril de 1975 — Aparecimento do M. C. A. L. G. (Movimento para a Contracepção e Aborto Livres e Gratuitos), com publicação e divulgação de um manifesto. Na mesma altura surge o grupo que constitui actualmente o N. A. C. (Não Andem às Cegas).

1975 — Publicação dos livros: «Aborto-Direito ao nosso corpo» feito por um grupo de mulheres do M. L. M. e «Aborto, contracepção-debate», editado por um grupo do ISOSP.

Agosto de 1975 — Realiza-se um Encontro Internacional de Mulheres com a presença de muitos grupos feministas de vários países onde também se debateu o problema da contracepção e do aborto. Venda pública de uma brochura. Fraca participação das mulheres portuguesas.

Maio de 1976 — A televisão apresenta uma série de programas «Nome Mulher». Num deles mostra-se um aborto praticado pelo método de aspiração.

1976 — Publicação de uma brochura sobre o aborto e contracepção, editado pelo N. A. C.

Junho de 1976 — Publicação deste abaixo-assinado pela revista Mulher, para a recolha de assinaturas, acompanhado de numerosos artigos.

E ERA TEMPO DE MUDAR

Estes grupos fizeram debates. As mulheres juntaram-se em fábricas, escolas, sindicatos, comissões de moradores e creches ocupadas. Pela primeira vez quebramos o silêncio que nos separava para falar na nossa vida quotidiana, da nossa dupla jornada de trabalho, dos nossos filhos, da nossa sexualidade e do aborto em particular. Descobrimos que desde o marido, ao padre, passando pelo médico e pelo juiz, todos eles se tomam por donos da nossa vida. E que era tempo de mudar tudo isto. Que não podíamos esperar nem pelos partidos nem pelos governos. Que os direitos, que exigíamos, tinham que ser conquistados por nós.

E assim começámos a fazer abortos, desta vez entre nós, com menos culpa, com menos perigo, assumidos colectivamente. Discutimos em permanências com centenas de mulheres; a agressão dum aborto e as novas formas possíveis de viver a sexualidade. E depois de todo este tempo sentimos que era preciso alargar a nossa luta, partilhar as nossas experiências, para que todas as mulheres possam fazer ouvir a sua voz.

O-QUE FAZEM ELES COM O NOSSO CORPO?

Dizem-nos: é preciso que a mulher produza filhos, cada vez mais, para as fábricas e para os exércitos. Que com os filhos fique presa ao homem, que assim por sua vez, será mais facilmente preso, manipulado, explorado. É preciso que a mulher

cumpra as suas tarefas, cozinhe, lave, trate do homem. Mais um trabalho gratuito a ser explorado pelos donos e senhores do capital.

Nós dizemos não: Sem a liberdade de dispor do seu próprio corpo, não existe liberdade para as mulheres. E hoje, em Portugal, todas estamos em liberdade condicional.

Para nós, lutar pela liberdade do aborto e da contracepção tem um significado muito claro: NOS, MULHERES AFIRMAMOS A VONTADE DE NOS REAPROPRIARMOS DO NOSSO CORPO, pelo menos dessa parte que nos toca mais fundo. O nosso ventre. De o vermos crescer, porque desejamos profundamente um filho e nos sentimos com forças meios e alegria para o criar. Ou de não o ter, porque esse é também o nosso desejo. Mais. Afirmando que não quer ter um filho é um desejo profundamente legítimo que não tem de ser justificado. Não são os outros que têm de definir o nosso destino, a nossa «realização pessoal», de nos ensinar o que é a «feminilidade». Não somos mulheres desnaturadas. Somos mulheres e isso basta-nos. Dizemos mesmo: é muito. A quem o direito de escolher aquilo que é a nossa vocação, o nosso destino, a nossa vida?

Exigir os meios de não engravidar e a possibilidade de abortar livremente sem ter de pagar por isso, não é recusar maternidade, mas vivê-la de uma forma nova e saudável: a vontade de ter filhos sem ficarmos amarradas a uma sobrecarga de trabalho que executamos gratuitamente; a vontade de não suportarmos sózinhos a dependência afectiva que desde a infância nos incutem (a autonomia das mulheres tem muito a ver com a autonomia das crianças); a vontade de os viver com tempo, sem que isso signifique para nós uma prisão.

Exigir os meios de não engravidar e a possibilidade de abortar livremente sem ter de pagar por isso, não é recusar maternidade, mas vivê-la de uma forma nova e saudável: a vontade de ter filhos sem ficarmos amarradas a uma sobrecarga de trabalho que executamos gratuitamente; a vontade de não suportarmos sózinhos a dependência afectiva que desde a infância nos incutem (a autonomia das mulheres tem muito a ver com a autonomia das crianças); a vontade de os viver com tempo, sem que isso signifique para nós uma prisão.

DÁ LICENÇA SR. PATRIARCA?

Por outro lado, para nós a escolha não é entre o aborto a contracepção. Não somos nós que escolhemos abortar. Abortamos e no entanto não o desejamos.

São eles, que fechando-nos na nossa ignorância e no nosso medo, nos empurram para as curiosas e para as parteiras clandestinas. São discursos como o do sr. pa-

triarca que nos empurram para o desespero. Abortar é crime, o aborto é um atentado contra a paz. Qual é então a solução? Qual é então a paz que nos propõe? — «Tenham filhos e deixem-nos morrer à fome ou então morram vocês para aí de angústia e de trabalho!»

Pois chegou o momento de dizer-vos: é da vossa única responsabilidade os 180 000 abortos — «actos de terrorismo» que se praticam clandestinamente em Portugal: é da vossa inteira responsabilidade a morte de 2000 mulheres por ano.

E se durante todo este tempo nos calaram e nos fizeram sentir culpabilizados, agora as coisas mudaram.

E ASSIM SERÁ!

Começamos a ver mais claro. Reivindicar o direito ao nosso ventre, é apenas um primeiro passo. É de disso que vocês têm medo. Que do ventre passemos ao resto do corpo. E que exijamos que todo o trabalho gratuito que nos obrigam a fazer seja remunerado. E que exijamos que o nosso trabalho assalariado não seja considerado secundário. E que exijamos o direito de não termos de nos prender a um homem, porque a única forma de sermos reconhecidas socialmente (é casada?). E que exijamos o direito de ter filhos sem estar dependentes da caridade, nem dos vossos imperativos económicos, demográficos e outros. E que exijamos o direito à nossa cabeça para podermos pensar livremente sem ter que macaquear continuamente os discursos que nos impingem. E que exijamos circular livremente por todas as ruas, todos os jardins, todos os cafés, sem ter de baixar pudicamente os olhos aos insultos dos homens que passam. E que exijamos não ter que seguir os vossos modelos — esposas exemplares a esfregar alegremente a louça ou a embeldar as ruas da cidade com os últimos cosméticos em voga.

É de tudo isto que vocês têm medo. Os padres, os patrões, os maridos, os juizes, e os médicos. Que estas mulheres de Portugal, que vocês querem tão abnegadas e submissas, comecem a querer viver uma vida nova mesmo a sério. Mas assim será!



LICEUS:

OS ATALHOS DA REVOLTA



Nos liceus, dizem, já nada acontece. Nada a não ser a fascização progressiva, já nem muito subtil, mas tragável na sua lentidão. Nos liceus, dizem, o conformismo instala-se, a normalização impõe-se. Tudo volta a ser como dantes, como dantes mas sem lutas. Ou seja: melhor. Agora, os pais já podem adormecer tranquilamente, os professores não têm necessidade de representar papéis, as direcções descansam, o Ministério regressa à sua vocação burocrática: o poder sorri.

Tudo na melhor? E os estudantes, se é que existem?

Os estudantes estudam, dizem, cumprindo assim à beira do fascismo a palavra de ordem que tanto fez correr Vasco Gonçalves. Ou seja, competem entre si, disputam prémios (notas), servem, adequam-se à função que a sociedade quer deles e amadurecem para a servir ainda melhor no futuro.

E são felizes? A esta pergunta é que os pais, os professores, as direcções, o Estado têm dificuldades em responder tão sibilantemente. A bem dizer, isso nem sequer lhes interessa.

Que diriam os alunos dos liceus, se tivessem voz? Gazeta ouviu alguns, de três grandes liceus de Lisboa: o D. João de Castro, o Padre António Vieira e o Maria Amália. Não representavam qualquer corrente, e o principal ponto comum entre eles é o detestarem o fascismo, a repressão, a ordem imposta. No liceu sentem-se mal. No seu descontentamento está latente a revolta. Eles contam ou permitem que se perceba, como é possível instalar-se nas escolas o fascismo.

"Tudo o que se fez de giro nos liceus depois do 25 de Abril tende a ficar em águas de bacalhau", diz um aluno do Padre António Vieira recordando as experiências que ao longo de dois anos se desenvolveram nos liceus de todo o país.

Pela primeira vez, os alunos puderam elevar a voz sem medo da repressão, impor modificações, derrubar hierarquias, criar e alterar regras. Participaram na reformulação dos programas de ensino, ascenderam às comissões de gestão, aboliram a antiga disciplina rígida. O liceu abriu-se, os alunos eram gente em luta como acontecia em tantos lugares deste país. E pôde ser uma festa, e já não o local de passagem obrigatória, trabalho forçado, o velho freio. Era subversivo, os estudantes sentiam-no.

Além da repressão interna, os alunos conheceram a repressão fascista e combateram-na. Os rapazes sabiam, além disso, que seriam a futura carne para canhão a consumir na guerra colonial. Estes três aspectos interligados — repressão escolar, fascismo e guerra colonial — foram factores mobilizadores de importantes movimentações de estudantes liceais, que a imprensa silenciava sistematicamente, e mesmo quando se tratava de manifestações de rua, como a que os alunos de Padre António Vieira organizaram em 73, na sequência de uma greve. Quase na mesma altura, centena e meia de jovens foram presos numa assembleia geral dos vários liceus de Lisboa realizada na Faculdade de Medicina. Oito deles conheceram imediatamente a prisão de Caxias.

Após as eleições para a Assembleia Constituinte, em Abril de 75, a estabilização nos liceus acentua-se.

Apesar desta tradição de luta, nunca se conseguiu uma organização nos liceus. As tentativas para formar uma associação malograram-se sistematicamente. A impedir que se concretizasse, havia a repressão policial. Mas havia, também, as divergências partidárias, dentro da própria esquerda. E a incapacidade de superar essas divergências em torno de objectivos tão importantes para a generalidade dos jovens estudantes como a autoridade, a disciplina, a repressão.

A REVOLTA, A FESTA

A partir do 25 de Abril, o processo nos liceus correu paralelo ao que se verificava nos outros sectores da vida do país. Primeiro, foi a fase anti-institucional. Respirando o ar fresco da liberdade e dotados de energias subitamente descobertas, os alunos apressaram-se a deitar por terra as estruturas hierárquicas. «Reitores para a rua», mais do que uma palavra de ordem, o desejo mais secreto de todos. E os reitores foram para a rua. Nesta altura, não havia qualquer organização política a dirigir a luta. Era a fase da revolta, da destruição do poder, da greve aos exames e da festa.

A partir de 28 de Setembro, a vida na escola começou a estruturar-se. Surgem as primeiras comissões de gestão integradas por alunos, professores e empregados, e em que os primeiros têm um peso real. Organizam-se iniciativas culturais, multiplicam-se as palavras de ordem. A vida política nos liceus conhece um período intensíssimo, com assembleias quase permanentes e palavras de ordem mirabolantes. «Invadamos a cidade», gritavam então os NEIP (Núcleo Estudantil de Intervenção Política) que por esse tempo dirigiam o processo.

O grande cavalo de batalha, quase sempre batalha verbal, era a ligação do liceu ao povo. Efectivamente, é então que aparecem os slogans com a tônica no «ao serviço do povo», sem grandes especificações. É também no ano lectivo que então começa, que volta a desencadear-se o processo para a formação de uma Assembleia de Estudantes do Ensino Secundário Liceal. Uma vez mais as lutas partidárias se reacendem, e a Associação permanece nos limites do sonho.

TSOTSKY CONTRA LENINE

Após as eleições para a Assembleia Constituinte, em Abril de 75, a estabilização nos liceus acentua-se.

O espectro da «anarquia» e do «caos» agitado freneticamente pelo gonalvismo, começa a tomar peso. A máxima «os trabalhadores trabalham, os estudantes estudam» cumpre-se com o aparecimento do aluno «bom», que se dá por satisfeito com as «conquistas alcançadas», quer estudar para passar nos exames e considera «contra-revolucionárias» todas as tentativas de radicalização das lutas.

«O conformismo começou a...»

E a desmobilização também. As abstrações começavam a sobrepor-se ao concre-

to, e nas reuniões de alunos, muitos sentiam que não era deles que se tratava, mas de qualquer coisa que lhes escapava, como o poder.

«Tudo se degradou quando entrou a poltiteque».

E eis que um dia, uma assembleia geral se transforma num desafio entre Lenine e Trotsky, conduzido pela própria mesa. Os que não tinham lido os livros calavam-se, sob o tumulto das citações abstractas. Era um espectáculo, e na sessão seguinte era nítida a predominância de cadeiras vazias.

«Houve muita multa que se desinteressou quando o parti-

darismo começou a dominar tudo. A luta passou a pertencer aos que tinham partido, os outros ficavam de fora ou limitavam-se a votar nas coisas mais porreiras».

Era a representação que começava a impor-se.

E nesse jogo, a direita começa a ganhar força. A Juventude Centrista faz o seu aparecimento, há cenas de violência com intervenção da polícia. A partir daí surgem fracturas entre os vários estabelecimentos liceais. Em muitos deles, aparecem grupos fascistas, já antes do 25 de Novembro.

O REGRESSO À ORDEM

A partir de 25 de Novembro, e progressivamente, tudo quanto é reaccionário tem cobertura para actuar nos liceus. Professores saneados começam a regressar a outras escolas. Outros, que por oportunismo haviam chegado a defender posições progressistas, mostram agora, com toda a arrogância, a sua verdadeira face. As comissões de gestão começam a cair. Da parte dos alunos também se verifica um vólt-face: jovens que anteriormente se mantinham afastados das lutas, pretensamente amorfo, e outros que chegaram a mostrar-se implicados nelas, afirmam, agora, que estão fartos de barulho, e exigem ordem nas escolas, ao mesmo tempo que exibem emblemas do CDS e se declaram fascistas.



BANDOS ARMADOS

Os bandos armados exteriores (compostos por elementos da segurança do CDS, marginais do Bairro Alto) fazem a sua irrupção nos liceus, mais ou menos pela mesma altura em que se desenvolvem as comissões de pais, aquilo a que alguns alunos chamam a «CAP dos Pais». Os grupos de terroristas encontram a complicidade das forças de ordem, que só intervêm (a P. M.) nalgumas escolas, quando a violência se torna demasiado perigosa para a opinião pública. Quanto às comissões de pais, desde o ministério de Vítor Alves que operam tranquilamente, chegando a organizar inquéritos às escolas em que perguntam quantos comunistas há ali, se existem vedações de arame farpado, qual a sua altura e coisas do género. Quando de reunir em Leiria, com o beneplácito de Vítor Alves, as comissões de pais, mais não fizeram do que exibir um poder que até então apenas se insinuava dentro de cada escola.

«E assim se chegou a este estado de morte que existia actualmente nos liceus», diz um aluno do liceu D. João de Castro.

E uma estudante do Maria Amália confirma a situação nestes termos: «Tudo voltou a ser como dantes, com aulas a despachar, faltas disciplinares, isolamento entre os alunos, distância em relação ao professor, a obrigação de usar bata, nenhuma assembleia geral, total ausência de informação sobre o que se passa. A grande preocupação dos alunos é obter uma boa nota para passar no exame».

A despolitização dos liceus começa a ser evidente. Mas também é evidente que por detrás dela está implantada a ideologia conservadora transmitida de pais a filhos. Não é por acaso que os liceus mais

reaccionários se situam nas zonas residenciais. A voz do CDS, difundida pela Juventude Centrista, encontra ali um eco fácil. E é significativo que o principal ponto do programa deste movimento tenha sido a abolição das reuniões políticas nos liceus.

OS DESVIOS DA REVOLTA

Existe verdadeira fascização da juventude dos liceus?

Há quem negue a existência de um sentimento fascista profundamente enraizado em grande número de jovens. «O CDS está na moda», dizem. Há quem explique as atitudes de provocação reaccionária, a arrogância neo-nazi, como a expressão de uma revolta não assumida. Revolta que, a seguir o seu caminho, encontraria o alvo a família. Mas a questão da autoridade familiar nunca foi levantada pelos dirigentes do processo estudantil. Contestou-se muita coisa, passando sempre ao lado desse território sagrado. Desse território que, no entanto, asfixia e modela os jovens como nenhum outro.

A FAMILIA E OS SEXOS

«A luta contra a instituição familiar não existe nos liceus. Os estudantes apenas se batem por mais umas massas, autorização para chegar a casa mais tarde e coisas desse género. Nas condições da nossa sociedade, eles não podem passar se os pais.»

A revolta contra os pais é, no entanto, bem clara, quando os jovens fogem de casa. Nos liceus femininos estes casos são frequentes. São no igualmente as ligações das raparigas a tipos que por ali passam, no engate. Os castigos não o impedem.

Outras questões que afectam

o quotidiano dos jovens, como a sexualidade, foram igualmente ignoradas. Os tabus persistem. As raparigas dos liceus têm, como há dois anos, o problema da ignorância ou contracção. São frequentes os casos de expulsão de alunos que se encontram grávidas. A gravidez numa estudante solteira é considerada um sintoma de prostituição. E, sobretudo, dá mau ambiente.

Escamoteados os problemas concretos que afectam as pessoas no seu dia a dia, alguns conquistas aparentemente importantes ficaram-se na simples formalidade. Os alunos queriam liceus mistos, bateram-se por eles, conseguiram-nos. Na prática, o que é que resultou daí?

Em geral, os rapazes respondem: «Não adiantou nada, elas só empatam».

Quanto às raparigas, consideram: «Ainda foi pior, são quase todos uns ordinários e a separação do sexo mantém-se».

Por tudo isto, as modificações que dois anos de aventura permitiram aos jovens dos liceus, verificam-se apenas a título individual.

As raparigas dizem: «Ficámos diferentes, abrimos os olhos, aprendemos muita coisa», mas o certo é que as suas relações com os outros pouco ou nada se alteraram.

Um jovem do Padre António Vieira explica esta situação negando ao aluno do liceu uma personalidade e situando o liceu no campo das coisas acidentais:

«O liceu não é um espaço de vida das pessoas, mas um local de passagem. As pessoas vão lá estudar. Por isso, o liceu não poderá resolver os problemas da juventude. Nem são possíveis nos liceus as experiências marginais. Os jovens passam uns anos pelo liceu, mas são os que as famílias fizeram deles.»



REUNIÕES DE LEITORES

«FAZER DO GAZETA UMA MÁQUINA DE GUERRA»

— O «Gazeta» deve ser uma máquina de guerra — palavras de um leitor na reunião de o colectivo da redacção do nosso jornal promoveu com os seus leitores no Porto. Para isso, terá de ser feito por todos, e nomeadamente os leitores, que assim o querem — temos nós vontade de comentar e deixar claro.

Anunciadas ao mesmo tempo que a suspensão do jornal e nas suas páginas, quatro reuniões de leitores do «G. da S.» se realizaram no mês passado, tendo em vista o relançamento do jornal em novas condições económicas — e não só. Por ordem cronológica, estas reuniões fizeram-se em Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal. No seu conjunto reuniram aproximadamente três centenas e meia de leitores.

A reunião de Lisboa foi, desde logo, uma surpresa positiva para os redactores e colaboradores, mais regulares do jornal. Passaram pela reunião cerca de cento e cinquenta camaradas e a participação nos trabalhos foi bastante activa e generalizada.

O primeiro ponto de discussão, após as informações prestadas pelos três camaradas do jornal que integravam a Mesa, foi preenchido pela análise e balanço da actividade do «G. da S.» desde o início da sua publicação. Como era de prever, as opiniões e críticas dividiram-se de

acordo com as preocupações, formação ideológica ou cultural e política dos intervenientes. No entanto, era convicção geral que o jornal ganharia com uma maior aproximação do quotidiano vivido pelas diversas camadas sociais que formam o bloco dos seus actuais e/ou potenciais destinatários.

Igualmente, foram evidenciadas por diversas intervenções as dificuldades de fazer viver um jornal independente das forças económicas e político-partidárias dominantes — mesmo quando, no que às últimas se refere, estas se pretendem de esquerda revolucionária e como alternativas para o «revisonismo» ou o «reformismo» dos aparelhos tradicionais.

Um outro ponto decisivo pela sua importância política para que fomos alertados, se bem que este tivesse já sido objecto de repetidas discussões no interior do jornal, é o da maior ligação do «Gazeta» aos seus leitores.

De facto, diversos camaradas expressaram a opinião de que as reuniões de (ou com) leitores deveriam ter sido uma prática constante do jornal, em lugar de apenas terem sido lançadas no momento em que as dificuldades económicas vieram, pela segunda vez e com particular agudeza, foras a sua suspensão e pôr em causa a sua sobrevivência.

O carácter presentemente único do «G. da S.» no quadro da imprensa do país, incluindo a de esquerda, com o tratamento e politização de temas cuja análise e discussão permeiam tabus ou marginais para todos os conservadorismos ideológicos dominantes (neste incluído o conservadorismo esquerdista), e a consequente convicção de que, por este carácter único e revolucionário, o jornal, apesar de todas as críticas de que se tem revelado passível, deve ser salvaguardado a todo o custo — foram igualmente notas dominantes das intervenções dos camaradas presentes.

No plano prático, a constituição de grupos de apoio ao «Gazeta» e a dinamização-organização dos já, mais ou menos organizadamente, existentes, bem como o seu empenhamento em actividades concretas — organização de festas, ciclos de animação

cultural e política, etc. — foram os pontos mais detalhadamente abordados. Neste momento, podemos assim apontar a reorganização de um grupo de apoio em Braga, que se encontra já em funcionamento e prepara uma festa, como resultado decorrente da reunião do Porto e do trabalho a partir dela desenvolvido.

No que diz respeito às críticas sobre o conteúdo do jornal, podemos destacar as que apontaram a necessidade de um «discurso directo» mais amplo nas páginas do jornal, nomeadamente no que se refere à cobertura de lutas a que o «G. da S.» procede; as que vincaram as lacunas informativas e o excessivo centramento noticioso da redacção na zona de Lisboa, e ainda as que, de uma forma insistente e generalizada, incidiram sobre a necessidade de reformulação gráfica do jornal.

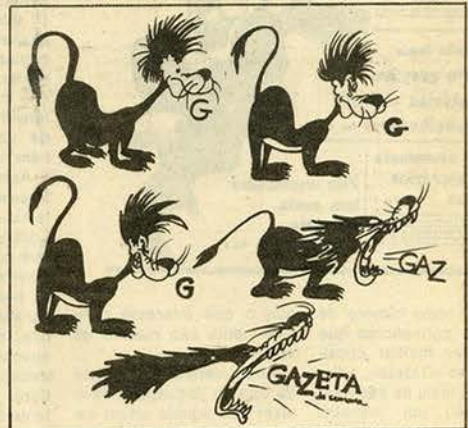
mos os respectivos números de vendas com os muito inferiores realizados em meios objectivamente muito mais favoráveis, podemos fazer uma ideia aproximada do que pode um grupo de apoio e da importância política de que o «Gazeta» pode revestir-se.

«Criar uma, duas, três, muitas Mealhadas», tal é a palavra de ordem que a actividade de um grupo de apoio assim inspira ao colectivo do jornal.

O exemplo de Setúbal mostra negativamente o mesmo. Embora a reunião tenha decorrido de forma bastante produtiva, tratou-se da que contou com o menor número de presenças das até aqui realizadas. Apenas vinte camaradas responderam à convocatória publicada pelo jornal.

A região de Setúbal é uma das zonas onde, segundo pensamos, essencialmente por falta de divulgação, o «G. da S.» não atingiu nunca a expansão que seria de esperar. Isto não quer dizer que a redefinição do conteúdo do jornal não deva ser levada em conta na análise da questão. Quer dizer que justamente esta redefinição passa pela redefinição da relação entre o jornal e os seus leitores.

A renovação do «G. da S.», as condições da sua viabilidade económica, as modalidades de formação e actividade de grupos de apoio na zona, o interesse de promover, paralelamente à publicação do jornal, outras actividades paralelas — foram os pontos principais da reunião de Setúbal.



BALANÇO E PERSPECTIVAS

Tentando resumir o balanço e o conjunto de perspectivas resultantes da realização destas quatro reuniões, teremos de pôr em evidência dois pontos principais: por um lado, a importância dos grupos de apoio; por outro, a necessidade de conseguirmos imprimir «mais vida» e acutilância ao jornal — de modo a torná-lo essa «máquina de guerra» móvel, minando brechas e contribuindo para as abrir em todas as frentes sociais, de que precisamente falava o já citado camarada do Porto.

Com efeito, os grupos de leitores que discutam o jornal, nos escrevam, escrevam para o jornal, o utilizem como lhes der jeito, como arma de legítimo ata-

que ou dispositivo de defesa, são a própria razão de ser de um projecto como o do «G. da S.».

O «Gazeta» não é órgão de nenhum partido, de nenhum embrão de partido, de nenhuma frente partidária ou interpartidária. Não representa os seus leitores (grupo de apoio, etc.) nem pretende dirigi-los. Por isso, tal como só pode sobreviver economicamente neste momento aumentando o número dos seus leitores, só pode viver politicamente, para além das portas da sua redacção, através da utilização inventiva e experimental que do jornal os mesmos leitores possam e queiram fazer.

(*) Não representa os seus leitores (grupos de apoios, etc.) nem



A REUNIÃO NO PORTO

Este ponto seria também fundamental na reunião do Porto, como aliás na de Coimbra. A reunião do Porto foi, porém, sob muitos aspectos, a mais produtiva e entusiástica das até agora realizadas.

Não só se registou o

mais alto grau de intervenção colectiva — tendo participado na reunião cerca de uma centena de camaradas —, como as críticas e sugestões se materializaram de imediato em propostas organizativas e de actuação concretas.



COIMBRA E SETÚBAL

As reuniões de Coimbra e Setúbal, embora muito diferentes entre si, tiveram em comum o facto de se realizarem em cidades onde o jornal tem uma implantação mais fraca do que no Porto ou em Lisboa.

Tal como na reunião do Porto, uma das tónicas da reunião de Coimbra, em que estiveram presentes alguns camaradas de um grupo de apoio existente na zona da Mealhada, foi a da necessidade de organização dos leitores do jornal em grupos de apoio, passando a constituir autênticos colectivos de colaboradores — em matéria de escrita, informação, crítica e divulgação do «G. da S.».

O exemplo dos camaradas da Mealhada, cujo grupo de apoio conta com a presença de trabalhadores de diversas cooperativas agrícolas da região, acentuava justamente esta condição necessária à sobrevivência e desenvolvimento da capacidade de intervenção do jornal. Com efeito, na zona da Mealhada é semanalmente vendida uma centena de exemplares do «Gazeta». Os artigos do jornal são discutidos colectivamente de um modo regular e o grupo de apoio assegura material para as suas páginas.

Se tivermos em conta que, eleitoralmente, a região é quase um feudo do PPD-CDS e se compararmos

Contra-Relatório

O 11 de Março sobe na Hierarquia Militar

O relatório sobre as sevícias, divulgado durante a campanha eleitoral para as autarquias locais, pela Presidência da República foi elaborado com base em depoimentos de 50 ex-agentes da PIDE/DGS, e 17 informadores da mesma polícia — segundo afirmaram em conferência de imprensa, diversos advogados de militares de esquerda acusados de implicações no 25 de Novembro.

Nos termos do contra-relatório difundido pelos referidos advogados, «de cerca de 200 queixas que a Comissão de Averiguações afirma ter analisado, é curioso apontar que, das referências feitas num relatório são facilmente identificáveis 113, o que, excluindo as queixas apresentadas pelos presumíveis implicados nos acontecimentos de 11 de Março e 25 de Novembro, perfaz quase a totalidade e que se distribuem pelo seguinte quadro:

- 50 elementos pertencentes à ex-Pide-DGS;
- 12 pertencentes à ex-FAC da ex-Legião Portuguesa;
- 23 pertencentes ao ELP ou a outros grupos armados para acções de represália, actos de provocação violenta e/ou incendiários;
- um elemento detido por homicídio frustrado na pessoa de um militar em desempenho de funções;
- um traficante e possuidor de droga;
- um indivíduo detido em flagrante tentativa de homicídio;
- um indivíduo com 119 processos, vários de delicto comum;
- 17 elementos informadores da ex-Pide/DGS;
- um indivíduo preso por tentativa de roubo e agressão;
- um ministro do Interior do regime fascista;
- um elemento ligado ao tráfico de armamento;
- três elementos ligados a sabotagem económica;
- um elemento detido em jogos ilícitos.»

Após salientarem o tipo das pessoas que prestaram depoimentos à Comissão de Averiguações — o que só por si recusa qualquer probidade ao relatório oficial — os advogados chamaram a atenção para a constituição da própria Comissão, sublinhando que os militares que dela fazem parte nunca tinham contribuído para o 25 de Abril e os civis, dr. Almeida Ribeiro e dr. Sousa Tavares (mais conhecido pelo Tareco de Champalimaud) não tinham qualquer vocação democrática.

REINTEGRAÇÃO QUASE TOTAL DOS IMPLICADOS NO 11 DE MARÇO

Apesar das circunstâncias acima referidas, os conferencistas refutaram caso por caso diversas acusações e insinuações referentes às actividades do COPCON, Região Militar do Norte, do Regimento da Polícia Militar e do Ralis, e distribuíram um documento intitulado «Situação Militar em Portugal após o 25 de Novembro a ameaça de uma nova ditadura», através do qual são denunciadas as funções actualmente exercidas por alguns militares notoriamente fascistas.

Assim, por exemplo, diz a certa altura o documento: «Para se verificar qual a natureza da actual hierarquia militar, das suas intenções e do seu carácter anti-25 de Abril, anti-democracia e anti-popular, podemos referir o seguinte: a quase totalidade dos militares com-

prometidos na acção do ELP/MDLP em 11 de Março está reintegrada nas suas unidades ou em serviços importantes, tendo muitos deles sido já promovidos.

«Os oficiais da GNR que saltaram o quartel do Carmo e o Regimento de Cavalaria da GNR em 11 de Março, voltaram a prestar serviço naquela força com excepção do tenente Xavier de Brito, apesar de terem prendido o então general-comandante e outros oficiais que constituíam a hierarquia legítima. Foram estes últimos, contudo, que após o 25 de Novembro foram afastados da sua unidade e alguns passados à reserva. O major Garoupa, identificado no livro de Wallraff que denuncia a conspiração de Spínola como elemento do MDLP/ELP e um dos oficiais que se refugiou na Embaixada da Alemanha Federal, é hoje adjunto do director da Arma de Cavalaria. O coronel Morgado, ex-comandante da Escola de Cavalaria e provável implicado no golpe do 11 de Março, foi promovido a brigadeiro; o tenente-coronel Dias de Lima provavelmente membro do directório do ELP/MDLP em Madrid, é actualmente chefe do distrito de Recrutamento do Porto; o major pára-quedista Mensurado, comandante das forças que atacaram o Ralis em 11 de Março de 75 foi promovido a tenente-coronel e está colocado na Repartição de Informações do Estado Maior General das Forças Armadas; os capitães Sebastião Martins e Bação, comandantes das companhias de pára-quedistas da mesma força foram promovidos a major; o capitão António Ramos, ex-ajudante de Spínola e com ele presente em Tancos em 11 de Março de 75 está actualmente colocado na Repartição de Informações da Força Aérea.

«Os pilotos que bombardearam o RALIS em 11 de Março

estão colocados em bases aéreas.

«Os membros do «comando» de civis e militares que assaltou em 11 de Março as instalações dos emissores do então Rádio Clube Português, em Porto Alto e destruiu à rajada o seu equipamento, encontram-se em Portugal, têm liberdade absoluta e estão libertos de qualquer processo-crime.»

CAPITÃO MALTEZ EM MAFRA

O documento fala também dos militares ligados ao poder político fascista desempenhando nele funções políticas e que hoje têm cargos importantes nas Forças Armadas. Destacamos as seguintes referências:

«O coronel Soares Carneiro, secretário geral da colónia de Angola o que corresponde a primeiro-ministro, é hoje comandante do Regimento de Infantaria de Abrantes (uma das unidades da Brigada NATO) e presidente da Associação de Comandos, que tem vindo a desempenhar um papel importante na «colocação» de vários militares vindos das ex-colónias e ligados a movimentos racistas e terroristas e ainda a «facilitar» o seu «emprego» em forças mercenárias. (...) O capitão Gonçalo Fevereiro que tomou parte nos acontecimentos de 7 de Setembro de 1974 em Moçambique organizado por forças racistas brancas para fomentarem uma independência tipo Rodésia e que tomou parte na invasão do sul de Angola integrado nas forças do MDLP/ELP e sul-africanas, está actualmente a prestar serviço no Regimento de Comandos da Amadora.

«O general Melo Egídio, ex-governador do Niassa, é o actual vice-chefe do Estado Maior do Exército; o general Pedro Cardoso, ex-secretário geral da Guiné no tempo de Spínola é



hoje comandante da Academia Militar.

«Entraram em Portugal na altura da ponte aérea de Angola, milhares de caixotes com material de guerra entre as bagagens dos retornados, incluindo as do coronel Santos e Castro, já nessa altura membro do ELP e da FNLA, que foram em parte enviadas em navios das Forças Armadas e outra parte retirada pelo MPLA já no porto de Luanda. Conhecem as autoridades militares e tem sido publicadas notícias de arsenais clandestinos no Norte do País como é o caso, entre outros de Valpaços, sem que as autoridades militares e têm sido quer medida para os «descobrir» e neutralizar, ao mesmo tempo que fazem operações com Comandos, GNR e Força Aérea contra os camponeses aletejados e contra elementos de esquerda na zona de Lisboa.»

Os advogados dos militares de esquerda referiram ainda, no documento apresentado, a libertação sistemática e vergonhosa dos Pides, a passividade das autoridades perante a rede bombástica ligada, como se sabe, a militantes do CDS e PPD, à hierarquia católica, à Internacional Fascista e ao Esquadrão da Morte brasileiro e acentuam:

«Existe um movimento para reintegração dos oficiais de extrema-direita saneados em 25 de Abril, liderado pelos gene-

rais Kaulza de Arriaga, Bettencourt Rodrigues e Troni que se apoia num movimento neo-fascista, o MIRN e que já foi recebido por altas entidades militares. Foram já reintegrados alguns dos oficiais que durante o regime fascista mais se distinguiram na repressão sobre os democratas opositores, nomeadamente comandantes da Polícia de Choque durante o fascismo, como é o caso do capitão Maltez Soares que se encontra em Mafra a frequentar um curso militar.

«Estes são alguns dos muitos exemplos que poderíamos apresentar para caracterizar a situação política na FA onde existe a possibilidade real de estarem o poder contra a democracia, contra a justiça, contra o progresso e contra o 25 de Abril.»

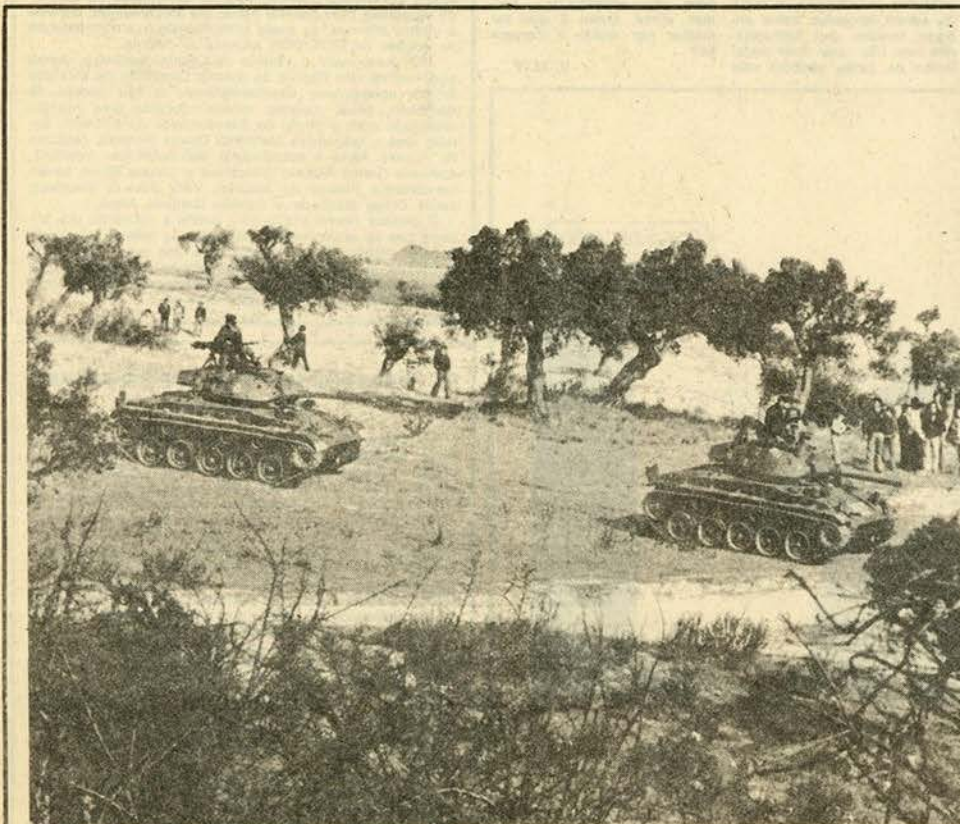
E, no final, o documento lembra o «esquecimento» do actual poder quanto aos relatórios sobre Custódios (1 de Janeiro de 76 — 4 mortos e vários feridos), Évora (campanha eleitoral para a PR, um oficial superior da segurança de Eanes assassinado um trabalhador ural) e Base Aérea das Lajes (Orel foi impedido de desembarcar, tendo sido hasteada na base a bandeira da FLA), bem como sobre as irregularidades e prisões indiscriminadas feitas ao abrigo do «estado de sítio», do RDM fascista e do actual poder político.

Escrito a 25 de Novembro

Todos os dias nos dizem que o povo não passa duma minoria é o que nos dizem a nós que queremos o pão sandálias umas calças de feltro contra os climas inimigos uma peça sem grande corte que nos deixe amar tranquilamente a pele da casa o rosto de planície o fruto do nosso trabalho que queremos nas nossas terras nossas finas paisagens de trigo socialista lavar o estado e fazer das máquinas diesel queridas maçãs de todos batatas alfalco verde e o azeite denso que há-de olear o magnífico comboio de camponeses muita terra muita terra muita terra onde quer que vamos queremos trazer na terra as cooperativas levar a casa amigos dançar acordar numa cama capaz de entender os nossos sonhos e escutar o prazer que fazemos Ter água pescad'ras saber que a água percorre a pátria desperta motores e oficinas é leite nas searas aprendem-na na escola os nossos filhos e permite que se fale de barcos nos poemas operários queremos saber das fábricas das colheitas das minas de silicose dos hospitais queremos saber soldados das escolas e dos transportes mineiros do ouro e do peixe queremos saber e juntos deitaremos contas à vida nós a quem dizem todos os dias que todo o povo não passa de uma minoria

25/Nov./76

JOAQUIM FURTADO



Crónica Agrária

Aos poucos lá temos vindo a «enfiar» alguns «Barretos»...

Tudo começou nos primeiros dias de Dezembro. Incautos como somos até pensamos logo que se calhar as Boas-Festas vinham este ano mais cedo! E como se tratava do ministro da Agricultura também ficámos logo a imaginar a cena do presépio, com palhinhas e tudo. É verdade que o «menino Jesus» era um bocadinho comprido demais, mas nada de ninharlas, cada país tem os «meninos» que merece! O pior foi quando ele apareceu na TV. É que realmente somos ingénios, mas não insensíveis, e aquele tom ameaçador não nos podia deixar indiferentes. Mas, caramba, estava em jogo salvar o país da preversão totalitária (nessa altura já nem se falava de erros — era assim que se chamava não era?) e reparar as injustiças daquilo que eles (os que queriam uma coisa correcta, limpa, enfim!) designavam balhinho por reforma agrária. Fazendo apelo ao espírito patriótico (realmente em cada um de nós habita sempre um patriota!) lá ficámos à espera das reparações...

Ficámos assim a saber que foram os militares e o PCP que ocuparam aquelas terras todas! E nós a pensar (o desemprego, as máquinas paradas, lembram-se não é?) que tinham sido os trabalhadores a avançar para as terras e afinal explicam-nos que não, que isso era tudo totalitarismo! Calma aí amigo, vamos até ao fim, então esse patriotismo? É que as reparações vieram a seguir. Para além das reservas já marcadas, o direito de admissão dos agrários seria garantido: «até 15 de Fevereiro mais de meia centena» de espaços reservados para esses senhores-donos-da-terra (como dizia aquele trabalhador — preverso, claro — de uma cooperativa agrícola); entrariam as desocupações, que o senhor-dono-do-ministério justificou dizendo que isso era ainda do tempo do outro senhor... tinham que se concretizar, evidentemente! Mais tarde, perante a teimo-

sia dos trabalhadores (isto é que os alentejanos são casmurros, hem...!) foi decretado, para valer como lei, que «ou vai a bem ou a mal» e que, por isso, o crédito e as expropriações só continuarão quando estiverem «regularizadas algumas das situações de flagrante ilegalidade», isto é, quando as unidades colectivas «entregarem terras a seareiros, desocuparem as herdades com menos de 50.000 pontos e deixarem marcar todas as reservas» que os agrários quizerem. Alguns (os tais ingénios!) pensavam que o senhor ministro iria falar também dos casos das herdades que foram ocupadas porque estavam abandonadas, dos casos de sabotagem económica ou até de herdades cujo proprietário para além de ter sido sempre um absentista, tem outros negócios e outras herdades (fora da zona de intervenção da Reforma Agrária e por isso sem possibilidades de pontua-

ção). Mas tudo isso é do tempo do gonçalvismo e estamos agora para reparar esses desmandos...

Com um panorama tão lancinante, o ministro (plagando Lenine), é certo, interrogou-se: Que fazer? Prometeu para dentro de 6 meses, a tão desejada política agrícola para este país que consome mais do que ganha! Lá isso é verdade. Há quem, esquemáticamente, diga que se consome mais do que se produz, mas é melhor não nos metermos nisso, senão como é que calculávamos as produtividades ministeriais, militares, administrativas, enfim que sei eu? Sobre a política agrícola falaremos por isso daqui a 6 meses. E que, entretanto alguma coisa se foi fazendo. Só

notas oficiosas, despachos e informações do Ministério da Agricultura foram não sei quantas, sempre com fins d'atícios explicando o que os trabalhadores deveriam fazer. Entretanto, o crédito agrícola era suspenso para diversas unidades colectivas de produção, instauravam-se inquéritos (ao C. R. R. A. de Alcácer do Sal, por exemplo), decidia-se que os agrários expropriados passariam a ser «pequenos e médios agricultores», e o que é sem dúvida a melhor ajuda governamental, explicava-se que ainda havia boas cooperativas, daquelas que são mesmo democráticas e que, em cada dia que passava, mais havia. Que elas são democráticas, sem controle partidário, compreende-se facilmente, pois que surgem, desanexando-se, das unidades colectivas e o facto de serem apoiadas pelos antigos lacaios dos latifundiários isso não quer dizer nada! Então os pides também não

Clínica de Santa Cruz, GNR substitui trabalhadores

—Vamos lá ver se logo à noite a televisão dá esta notícia — comentava assim uma trabalhadora grávida da Clínica de Santa Cruz a intervenção da GNR, a mandato do tribunal de Oeiras, com o assentimento da Secretaria de Estado da Saúde, para expulsar os trabalhadores das instalações daquele estabelecimento. A 12 de Janeiro passado.

A Clínica de Santa Cruz, em Carnaxide, era propriedade de 78 accionistas, todos eles médicos bem estabelecidos na respectiva carreira. Após o 25 de Abril, os trabalhadores encetaram um processo de luta (reivindicações salariais, condições de trabalho, etc.) que levaria a uma declaração de falência e à posterior interrupção das actividades do estabelecimento.

Logo a partir desse momento, antes ainda da intervenção estatal, com nomeação de um administrador-delegado do Governo, os trabalhadores se empenharam em repor o hospital em serviço. Conscientes de que a sua luta específica teria de se enquadrar na luta pelo direito à saúde de todos os trabalhadores.

No momento em que se regista a intervenção estatal (Março de 1975), a Clínica encontrava-se em funcionamento, como dependência do Hospital de Santa Maria. A intervenção do governo veio pôr cobro a toda a actividade. A partir daí, diversas hipóteses de reabertura da Clínica foram aventadas. Mas todas elas, consideram os trabalhadores que ouvimos a seguir à intervenção da GNR e à selagem das instalações, boicotadas de uma ou outra forma.

—Provavelmente, os antigos accionistas prepararam-se agora para retomar os seus antigos postos. É o que tem acontecido em muitas outras empresas intervencionadas. Em qualquer caso, todos os factos que impediram que reabrissemos a Clínica até agora e esta intervenção da GNR, a terceira depois do 25 de Abril, apontam nesse sentido.

Do mesmo modo, os trabalhadores não dispõem neste momento de garantia de pagamento de salários nos próximos meses. São 120 homens e mulheres sob a ameaça de desemprego. Num país em que os serviços de saúde são manifestamente insuficientes para as necessidades populares. Cento e vinte trabalhadores que vivem a GNR tomar os seus lugares na Clínica de Santa Cruz. Parada.

General Ribeiro Faria ao lado dos PIDES

O General Ribeiro Faria, que até há dois dias foi presidente da Comissão de Extinção da PIDE/DGS, pediu a demissão deste cargo, invocando «oficialmente» razões de carácter pessoal.

Segundo diversos jornais, os verdadeiros motivos do general Ribeiro Faria terão residido na discordância que manifestou face à lei n.º 1/77 que agravou as penas a aplicar aos criminosos da PIDE/DGS. Ribeiro Faria apresentou o seu pedido de demissão ao chefe do Estado-Maior do Exército, pois foi o general Eanes quem o nomeou para aquele cargo, após o 25 de Novembro. Eanes era, então, o C. E. M. E.

Recorda-se que Ribeiro Faria fez o ano passado uma intervenção na RTP, defendendo claramente os ex-agentes da PIDE/DGS. Nessa altura, o advogado José Augusto Rocha denunciou publicamente as actividades de comando exercidas pelo general Faria, em Moçambique, durante a guerra colonial, as quais «compreendiam a coordenação de acções da PIDE/DGS naquela ex-colónia».

Por outro lado, o «Diário de Lisboa» noticiava ontem que «outros oito oficiais da mesma Comissão de Extinção tinham apresentado simultaneamente o seu pedido de demissão, pelas mesmas razões, durante uma reunião efectuada com o chefe do Estado-Maior do Exército. Seriam eles o brigadeiro Herminio Duarte Ferreira (adjunto de Ribeiro Faria e actualmente seu substituto interino), coronéis Carlos Alberto Gonçalves e Lorena Birme, tenentes-coronéis Pessoa de Amorim, Vítor Silva e Mourisca; major Diogo Machado e capitão Gamboa Alves».

O general Rocha Vieira teria aceite a demissão dos oficiais que se encontravam na situação de reserva (caso do general Ribeiro Faria), mas não a dos que estão ainda no activo, já que estes têm uma missão a cumprir, à qual não se podem recusar sob o pretexto de que não concordam com a legislação em vigor.»

O Mistério da reabertura da Bolsa

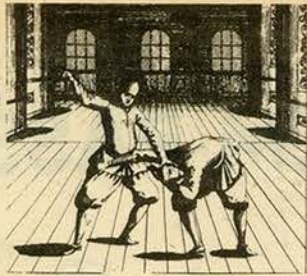
A notícia da reabertura da Bolsa é daquelas que nos deixa embasbacados. Com efeito, ainda a semana passada o ministro das Finanças recordou, em entrevista ao «D. N.» (de 7 de Janeiro) que «o primeiro-ministro, na sua intervenção na Assembleia da República, em 2 de Agosto passado, admitiu que, em fins de 77, se as coisas corresse normalmente, a Bolsa poderia ser reaberta, sobre o qual a Assembleia da República se terá de debruçar, dispondo já, para o efeito, de uma proposta de lei.» Informou ainda estar uma comissão a trabalhar no assunto da reabertura da Bolsa, que deveria entregar as suas conclusões até 31 de Janeiro de 77.

Conclui-se, pois, que «qualquer coisa não correu normalmente», dado ter-se decidido de repente reabrir a Bolsa sem estar regularizado nem discutido na A. R., o problema das indemnizações, sem a tal comissão ter apresentado o seu relatório, quase um ano antes do prazo previsto pelo primeiro-ministro, e que aliás, na recente discussão do Plano e Orçamento, o Ministro das Finanças voltou a reafirmar.

Não são, pois, de certo «maus pensamentos» que nos levam a crer que estamos perante uma «condição imposta pelo estrangeiro para concessão de «auxílio» financeiro, terá sido «recado» que trouxeram os técnicos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional que estão em Lisboa neste momento?



Uma semana de luta



Os 24 Grupos de Teatro e centros culturais independentes, maioritários em relação às companhias que aceitaram o plano de subsídios da Secretaria de Estado do Cinema, conduzem uma semana de luta, em protesto contra o decreto ainda não aplicado da Secretaria de Estado, durante a qual os grupos ainda em funcionamento promovem:

O BANDO leva à cena «O Pastor» no centro cultural de S. Mamede, dia 15 pelas 15 horas.

A BARRACA leva as histórias de «Fidalgotes e Alcoviteiras» no Teatro da Trindade, nos dias 13, 14 e 15, às horas habituais.

A CASA DA CULTURA DA MARGEM SUL apresenta a «Excepção e a Regra» nos dias 14 e 15.

A CENTELHA apresenta-se no Porto nas Belas Artes.

OS CÓMICOS levam «Do Teatro ao Cais do Sodré», no Teatro do Bairro Alto, dias 13, 14 e 15.

A COMUNA leva no dia 13 «A Ceia», o «Fogo» no dia 14 e o «Muro» no dia 15.

A Cooperativa «FAZ TUDO» apresenta-se no Porto também nas Belas Artes.

A CORNUCÓPIA leva «O Treino do Campeão Antes da Corrida» no Bairro Alto, nos dias 13, 14 e 15.

O Teatro «ESTÚDIO DE LISBOA» leva o «Escritório», no Vasco Santana, nos dias 13, 14 e 15.

O TEATRO HOJE, leva à cena o «Equívoco» na Casa da Comédia, nos dias 13 14 e 15.

O TEATRO POPULAR DE ALMADA apresenta a «Jogada» na Academia Almadense, nos dias 13, 15 e 16.

A Cooperativa de Trabalhadores Rafael de Oliveira apresenta a «História com Grades» no dia 13 no Capricho Montense, no dia 14 no teatro Almadense e no dia 15 nos Bombeiros Voluntários do Cadaval.

As horas são as normais dos espectáculos.

Por último, no dia 16, domingo, na Feira Industrial de Lisboa: realizar-se-á uma maratona com início às 15 horas, que encerrará a semana de luta, com bilhetes a preço único de 40 escudos e na qual actuarão: grupos de teatro infantil e não só, Boneceiros; a Comuna; os Cómicos; a Companhia de Trabalhadores Rafael de Oliveira; o grupo Branco Flor e o Bando; artistas de circo, cantores e agrupamentos musicais; Fernando Tordo; Paulo de Carvalho; Carlos Mendes, o Plexus, G.A.C.; Carlos do Carmo; Carlos Parades; Grupo Atlântida; Zeca Afonso, coreo dirigição por Lopes Graça e Mário Viegas. Será também projectado cinema.

A noite haverá um debate com: João de Freitas Branco, Carlos Porto, Luís Francisco Rebelo e Luzia Martins. Vários intelectuais e artistas estarão também presentes para manifestarem o seu apoio.

ENTÃO ISSO FAZ-SE AO TEATRO?

A coberto do mesmo palavrado que tem usado para atacar ou extinguir organismos governamentais ligados às conquistas revolucionárias, caso S. A. A. L., ou directamente as próprias transformações radicais da sociedade portuguesa, caso da Reforma Agrária, o governo PS tem vindo a definir a sua «política do espírito», que não é mais do que um ataque descarado ao que de novo e positivo se fez neste campo em Portugal, nos últimos anos.

Acusando os grupos de teatro independentes de «parasitismo», de «delapidação dos dinheiros públicos», a S. E. C. pretende fazer esquecer a real democratização da cultura, que aqueles grupos conseguiram levar a cabo, com apoio oficial, até à formação do VI Governo Provisório. Democratização que o número de espectáculos realizados e o número de espectadores prova, como mero exemplo: a Comuna realizou 4 espectáculos dos quais deu 150 representações para cerca de 40 000 pessoas; o Grupo 4 foi obrigado a pôr termo, por falta de subsídios, a «O Círculo de Giz Caucasiano», após 7 meses de representação, quando o teatro continuava cheio e depois de 60 000 pessoas o terem ido ver. E a isto dever-se-á acrescentar o nascimento ou pelo menos o desenvolvimento do teatro infantil, as digressões fora das grandes cidades, a animação de centros culturais, todas as outras actividades a que os grupos de teatro independentes deram apoio ou promoveram, tudo isto com preços que oscilaram entre os 20 e os 40 escudos, quando não foi grátis, enquanto o Teatro Nacional D. Maria II tem uma verba atribuída de 37 000 contos, mas só vai abrir em Outubro de 1977 e vai praticar preços da ordem de 100 escudos por bilhete.

Ao definir uma política de subsídios que apesar de já aprovada ainda não se atreveu a levar avante, ao recusar consultar, como a constituição garante, o Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos para a elaboração dos projectos, ao avançar manobras demagógicas como seja a proposta de pagar o local sede dos Grupos independentes, quando sabe que esses locais ou têm uma renda simbólica, ou são propriedade dos próprios grupos, ou de qualquer forma representam apenas 20 % das despesas totais, sendo o maior encargo os salários sem os quais ninguém pode viver, ao pretender dividir os grupos tentando cativar para a S. E. C. alguns dos seus membros, sem o conseguir, o que o governo PS pretende é domesticar a cultura, extinguir os Grupos de Teatro Independentes e impedir a formação de novos agrupamentos. Quer controlar o teatro e não só que se vai fazer neste país, a partir dos seus gabinetes ministeriais: é a «cardização» da cultura. É claro que não podemos deixar que isto aconteça.

Falas mansas

DESEJO / NECESSIDADE

Na linha de Freud, podemos distinguir a necessidade do desejo e o instinto da pulsão. Assim, o lactante tem necessidade do leite materno para sobreviver — e estamos na ordem da necessidade e do instinto. Ao satisfazer esse necessidade instintual, na criança acaba por nascer, por apoio, o desejo do seio materno e da imagem da mãe, mesmo para além da fome e depois desta saciada — e estamos na ordem do desejo e da pulsão, que se autonomizam da necessidade e do instinto, produzindo também a clivagem entre a evolução («natural») e a história (social).

Não são a necessidade e o instinto a causa explicativa do desejo e da pulsão. Tornam-nos possíveis — estes nascem apoiados sobre eles. Mas neles não estão contidos, nem podem ser-lhe redutíveis.

Do mesmo modo, poderíamos dizer que existem condições «naturais» que tornam possível a passagem da Natureza à História — transformações biológicas, etc., sobre as quais a Cultura nasce apoiada, mas às quais é irreductível, pois que ao mesmo tempo as excede e delas difere.

O desenvolvimento deste tema arruína completamente uma concepção da história e da produção da sociedade em termos fechados de razão necessária e suficiente. O motor da história não é da ordem das determinações necessárias e suficientes, mas da indeterminação que lhes subsiste e que estas precisamente não determinam. A história como tal não é da ordem do instinto e da necessidade, mas da pulsão e do desejo.

A importância política desta distinção, da irreductibilidade do desejo à necessidade, é, se v.ista mais de perto, irrecusável.

A nossa própria intervenção política deve reconhecer no desejo, e no seu pulsar contra as paredes penitenciais do capitalismo, as suas origens. A fonte de que resulta e decorre. Necessariamente? «Objectivamente»? Não, por apoio, claro está, como atrás dissemos e tentámos demonstrar.

A partir do que fica dito, torna-se possível levantar racionalmente e em novos termos as questões, de outro modo insolúveis ou solucionáveis apenas pela fé, da revolução e da contra-revolução.

Comenius Castorfidis observa justamente algures que nenhuma soma de factores puramente «objectivos» pode fornecer a razão suficiente da passagem de uma sociedade dita de comunismo primitivo a uma sociedade de classes, do tipo, por exemplo, esclavagista. A existência de um excedente, de um sobreproduto, é um factor necessário ao aparecimento de uma classe dominante, assentando o seu modo de existência na exploração-direcção do trabalho de uma classe dominada. Simplesmente, a existência desse excedente não pode explicar, nem por si só determinar, a formação de um tipo classista de organização social.

Do mesmo modo, também o socialismo não é propriamente a pescada que antes de ser já o é. A revolução socialista, por certo que é inconcebível, tal como hoje a pensamos e vivemos, fora do contexto das relações sociais de produção características do modo de produção capitalista à escala mundial. Mas se o modo de produção capitalista é necessário à compreensão da significação do socialismo, o movimento deste último excede precisamente as determinações do capitalismo, cuja natureza se torna portanto insuficiente para o justificar. O socialismo forma-se por apoio no interior do capitalismo, tal como vimos acima nascer a pulsão apoiada no instinto e na necessidade, sem neles se encontrar porém contida.

Estas questões, por muito puramente «teóricas» que pareçam, têm implicações estratégicas decisivas. Para cuja exploração e descoberta procuraremos continuar aqui a contribuir e a abrir lugar.

MIGUEL SERRAS PEREIRA

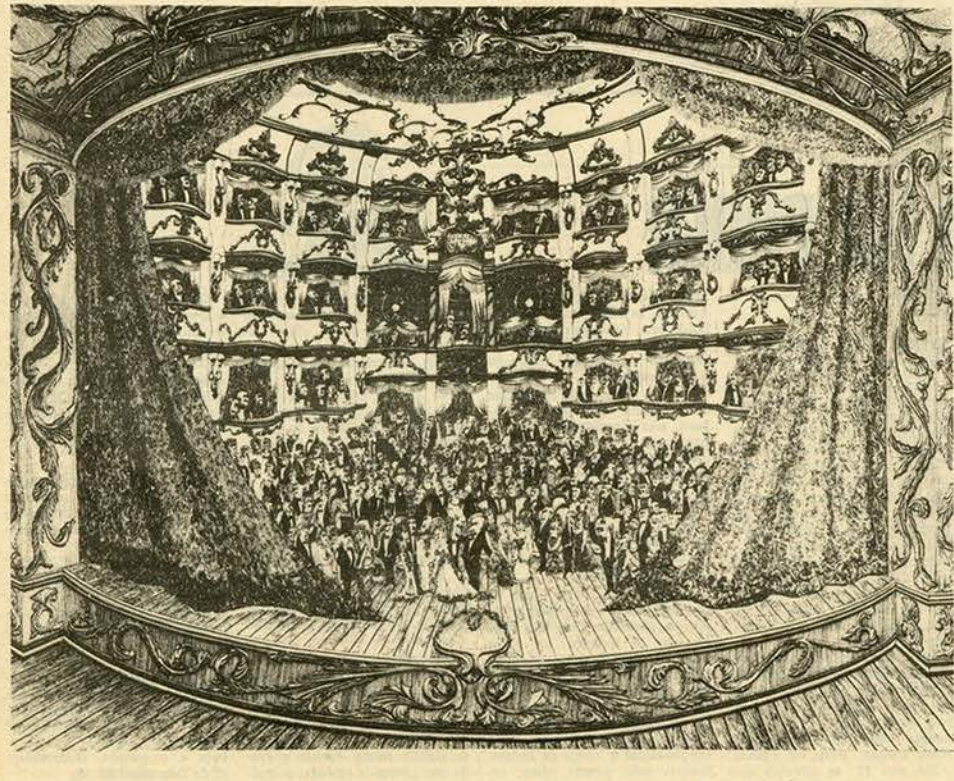
Livros

ASSIM SEJA ELA

«O que é que se passa de repente com as mulheres? Eis que todas se põem a escrever livros. Que têm elas, pois, de tão importante assim a dizer?», perguntava recentemente um semanário que nunca se havia interrogado sobre a razão por que a elas, aos homens, escrevendo há já dois mil anos, lhes resta ainda tanto para dizer! O que, sem dúvida, nos acontece, é estamos fartas de ser dominadas e de esquecermos as nossas verdades e os nossos interesses para servirmos as verdades e os interesses dos outros. Temos um atraso enorme a recuperar, todo um «continente negro» a descobrir. É um amor imenso a compartilhar, já não somente com os homens, aos quais nos devotámos exclusivamente durante tanto tempo, mas com todas estas mulheres fechadas num segredo que jamais interessou alguém e que hoje, muito lentamente, revelamos ao mundo, com dor, encantamento e amizade.» — Palavras de Benoîte Groult no livro (ensaio?, ficção?, gritos?) «Assim Seja Ela», que a Bertrand editou recentemente na colecção «A Mulher e o Mundo» e que está à venda nas livrarias ao preço de cem escudos.

Benoîte Groult, antiga professora e jornalista (em publicações femininas), passou recentemente por Lisboa e fez no Instituto Francês uma quase ignorada conferência sobre feminismo. Mais importante que isso: é uma das muitas (assim seja) vozes que decidiram erguer-se para impedir essa mediação que dura desde há séculos, a de os homens falarem em nome das mulheres.

«Assim Seja Ela»: não um panfleto barato nem uma obra-prima de análise teórica, mas uma tentativa de desmistificação, a partir de situações concretas, dessa divindosa superioridade em nome da qual a metade masculina da humanidade se deu ao luxo de «dispensar» a outra metade, as mulheres, da construção do mundo. Quem preferir o pedantismo das teorias feitas, das construções definitivas, bata a outra porta. Quem amar a sinceridade e o humor, que venha. Assim é.



AMANHÃ, NO JARDIM DA ESTRELA

O SOL DÁ ÁGUA A QUEM PASSAR

Tecnologias solares.
Pega-se numa chapa, expômo-la ao sol, fica morna. A chapa reflecte os raios do sol. Pinta-se de negro, fica quente. O negro absorve a luz.

A cor de um objecto, são os raios que ele reflecte. A relva é verde porque rejeita os raios verdes do sol e absorve praticamente todos os outros. Uma placa negra não rejeita nada, absorve tudo.

Uma chapa quente arrefece...
Coloca-se um vidro diante e uma cortiça atrás. Mete-se tudo isto numa caixa de madeira para ficar bonito e sólido. E pronto, graças ao «Gazeta», vocês inventaram o captor solar.

O que é que a gente poderá fazer com uma chapa quente?

Pega-se num tubo de aço, fixamo-lo à chapa, liga-se tudo a um bidon. E temos água quente solar. Liga-se o bidon a um duche ou a um irradiador. Inventámos o aquecedor solar.

Ah, porreiro! Inventei o aquecedor solar, vou já de corrida buscar a patente.

Difícil. Esta invenção pertence ao domínio público. Ela já existia há volta de um século. Foi posta de lado numa época em que o petróleo era quase grátis. Agora que torna a estar na moda, o sistema económico não quer tanta apropriação do processo e torná-lo mais complicado, mais hermético. Mas o princípio básico fica o mesmo e pode ser usado e fabricado por toda a gente.

Mas então, o «Gazeta» transformou-se num jornal de «bricolage» e já não é um jornal de luta por uma alternativa revolucionária?

Ao contrário. Dar indicações para a fabricação de captos solares, elementos directamente usáveis por associações de trabalhadores, por mais pequenas que sejam, é entrar numa nova relação activa com as pessoas que tentam resolver os seus próprios problemas e autogerir as suas vidas, desligando-se de um sistema económico e político cada vez mais opressivo.

A energia solar não é só por si qualquer coisa de revolucionária nem um produto-milagre. A energia solar é actualmente o ponto fraco do sistema capitalista que se vê obrigado a encontrar novas formas de energia assim como novas fontes de mais-valia. Portanto é preciso aproveitar este momento de fraqueza e desviar a solução solar para uma outra de tipo auto-suficiente, cooperativo e autogerido. Criar uma contra-cultura tecnológica onde o produto capitalista encontrará dificuldades de implantação.

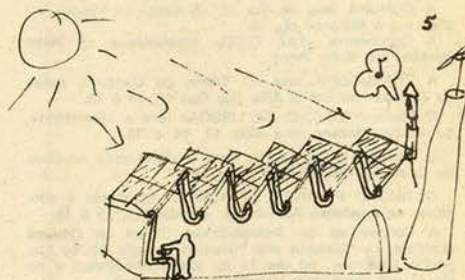
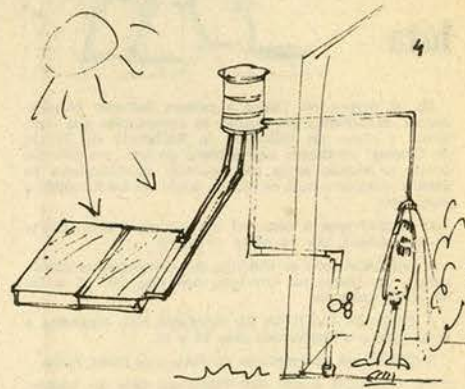
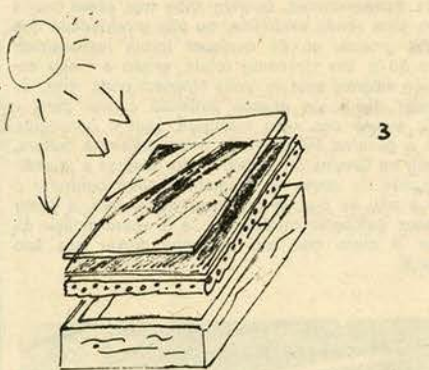
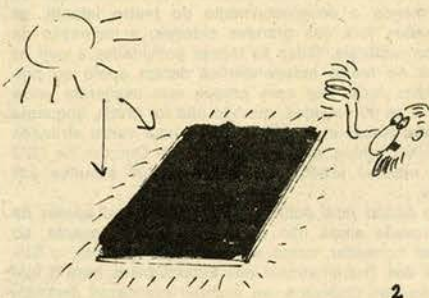
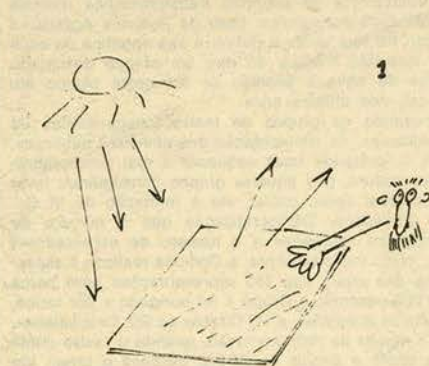
A tecnologia não é ideologicamente neutra. Os chineses mostraram-nos isso. A tecnologia sustem a ideologia. O cego carrega o paralítico. O único processo de luta, no campo técnico, é o desvio.

Partes dos aviões americanos abatidos no Vietname serviam para a fabricação de bicicletas.

Factos concretos: domingo 16, um dia depois da festa do «Gazeta», monta-se, no jardim da Estrela, um aquecedor solar fabricado com materiais de recuperação. O captor fica lá durante uma semana e fornece água quente gratuita a quem por lá passar.

Finalidade da acção: divulgar o processo, fazer relacionar diferentes categorias de pessoas, os que estão dispostos a fabricá-lo eles mesmos ou através de uma cooperativa operária criada por eles, os que querem só tê-lo em casa, os que desejam desenvolver uma pesquisa, os que vão fazer uma demonstração na sua própria cidade, nas cooperativas agrícolas, nas feiras.

Spot



MUNDO:

O PAI NATAL ESTÁ NO PODER

1976

FOI NATAL e até quando

Os pais-Natal dos slogans publicitários colocaram-se nos locais estratégicos como os militares num campo de batalha e ofereceram aos meninos bem comportados os brinquedos reluzentes da sociedade de consumo.

Os armazéns de brinquedos falham de imaginação e primam pela violência.

Nada que permita à criança criar e divertir-se a criar; tudo o que lhe é oferecido não ultrapassa o pior do mundo em que vive: a escola repressiva, a família autoritária, o trabalho, a guerra e a concorrência. Os bonecos em vitrine disputam a sua importância como os homens no trabalho, e a criança é obrigada a aceitar uma brincadeira que lhe é alheia porque é o dia-a-dia do adulto que a confectiona.

Incentivar a criança a brincar com esses objectos é impedir de viver uma aventura para lhe oferecer a frustração da nossa não-aventura.

Os miúdos neste Natal e em Lisboa (como noutras cidades e noutros países) começaram a aperceber-se que a brincadeira

deles é recusada e eles próprios começaram a recusar a chatice plasticada que lhes era oferecida.

Se, no próximo Natal de 77, eles se manifestarem em força, exigindo a criação dos seus próprios brinquedos, muita gente

não estranhará. E outros os apoiarão

QUEM NÃO ACREDITA NO PAI-NATAL?

Numa sexta-feira da semana que antecedeu o Natal, num hiper-mercado de Toulouse em França, a festa esteve ao alcance de todos: numa hora de enchente, as quarenta empregadas da caixa desencadearam uma greve selvagem deixando as saídas completamente livres. Enquanto que o directo apelava desesperadamente para o bom senso dos seus clientes, estes enchiam os carrinhos de tudo o que não tinham imaginado e saíam com gestos de alegria, bem dizendo as empregadas-pai-Natal.

Em Nova Iorque, dois pais-Natal, rodeados de crianças, disputaram-se violentamente como, muito possivelmente, outros não-pai-Natal o faziam à mesma hora noutras ruas de Nova Iorque, Paris ou Lisboa.

No ano 77, as crianças que os rodeavam não vão mais acreditar no pai-Natal capitalista;

assim como todos os que na América se abstiveram não votando nem Ford nem Carter, desenvolvendo a campanha «no-body for president» (ninguém para presidente).

Os três tipos que assaltaram o banco, na Alexandre Herculano, não acreditavam mais no pai-Natal, e a multidão que os quis linchar mostrou-lhes claramente o que pode acontecer a quem esqueceu a velha crença.

Mas, por outro lado, há quem acredite ainda no pai-Natal e o número não é tão pequeno como isso.

Na pastelaria do sr. José eu bem vi Dantes entrava-se e pronto, podíamos ficar lá o tempo que se quisesse, na mesa a ler ou simplesmente a olhar. Desde que se começou a ouvir falar em Natal, as mesas desapareceram submersas pelos bolsos-rei, bolsos-rainha, bolsos-príncipes, bolsos-menino-jesus, bolsos-pai-Natal e todos os outros. Sentar, nem pensar nisso; tomava-se a bica ao balcão e era se queríamos.



E o sr. José tinha o rosto rejuvenescido de um menino de escola. Os bolsos cheios tinham-lhe feito desaparecer aquele ar irritado de sempre. Viva o Natal do sr. José!

No Centro Imaviz, aqui no Saldanha, os olhos das pessoas deliravam. Corredores de gente ofegante, apressada e frenética em direcção ao nada.

Já que não podes fazer a festa, inventa-la por detrás de cada objectozinho fútil que a senhora bem maquiada te propõe. Elefantes de madeira, em miniatura, não um, os três — é uma colecção não serve para nada mas não tem importância, é uma colecção que te permite saber que encarrilhaste como todos os outros.

Das pulseiras às cerâmicas, há um espaço mínimo a percorrer — o do desejo morto para uma acitação social viva; e a força para uma clarificação de tudo isto é tomada e encaixada numa cassette gravada que pretende embalar a multidão até à última saída — a caixa registadora.

Os olhos dos que fixam o casaco de lá de mil e quinhentos escudos não são a mão que pega o pião de cores de 60 escudos para metê-lo no bolso e desaparecer no meio da multidão, nem a outra mão enluvada que segura, distraída, os três mil escudos que vão pagar o serviço de louça decorada.

Gestos diferentes naufragam no mar frenético do consumo para se confundirem numa só onda — a da vontade de possuir.

Enquanto isso, o «Le Monde» publicava um pequeno artigo em que se lia ser Lisboa a capital da Europa que mais sofreu, nesta época, o peso do consumo.

«Nós acreditamos que o mundo de amanhã se inventa ao abrigo das ventadas reveladas em todos os sítios onde as mulheres e os homens lutam e se exprimem e pensam com a cabeça e o corpo». (Liberation, 26 de Dezembro de 76).

ESPERANÇA MARREIROS

MANIFESTO ANJO - NEGRO

UM POETA MALDITO E A INQUISIÇÃO

23 anos e a palidez da recusa de me travestir nas cores da cidade (da tortura urbana). A Patti Smith, os Stones ou mesmo o Charlie Parker ritmam a maneira de gingar por aí. Nos jornais da manhã, e nos da tarde, o primeiro ministro não apareceu em cuecas, logo não os leio.

A Constituição prevê as liberdades de consciência e religiosa («sem restrições»), pois eu e os meus irmãos somos perseguidos por usarmos produtos psicadélicos, ampliarmos a nossa consciência e, como Rimbaud, tentarmos reconquistar o nosso lugar «como filhos do Sol».

Escrevo poemas que os meus amigos lêem e a que alguns intelectuais «acham piada» — os intelectuais que se fodam!

Dizem-me que há «liberdade de expressão» mas se me despir na via pública vou de cana e se disser a um chui o que penso dele, depois de levar um arraijal de facho, sou condenado por «insulto à autoridade» — que se foda a autoridade!

E sabem, não estive na Sorbonne a estafar-me por um diploma, mas frequentei os «antros sórdicos» de Paris e Amesterdão onde se pergunta angustiadamente: o que fazer aqui e agora? e se vive com um bocado de poesia no bolso e a semear alternativas coloridas e festivas pelas ruas coalhadas de polícias, burgueses e gente triste.

Estive em Marrocos, enlouqueci em Tajouka e depois fui delirar nú e queimado, a fumar oitns enormes num quarto húmido do Soho e sonhei que a rainha me pedia um autógrafo. E fui de cana e uns tipos incríveis, que eu nunca tinha visto, pagaram-me a fiança — 24 hour service-release — mas podia ter sido o Gentle Ghost, ou os White Panthers ou até um comando de belos actores a representarm um acto d uma festa que se chama REVOLUÇÃO

Vadiei por aí com toda a espécie de gatos e marginais; escrevemos poemas nas paredes e fumamos joints em meetings políticos. Vmos os Stones reunirem à sua volta dezenas de milhares de «kides» que só queriam estar juntos e amarem-se e terem belos sonhos de que algum dia viveríamos todos em belas tribos com as crianças nuas a brincarem com as estrelas caídas no quintal, e só colheríamos e fabricaríamos o necessário.

E por isto tudo sou, para os psiquiatras, um «caso interessante» — que se fodam os psiquiatras.

E agora que muita gente diz que «o sonho acabou», só porque há rusgas aparatosas, se suicida muita gente e há «n» overdoses, um Anjo Negro, hirsuto e louco com alguns «enfants terribles» insiste em arrastar a revolução para a rua.

Agora que eles nos querem enfiar em hospícios como dissidentes da ordem psiquiátrica estabelecida, damos o nosso grito de guerra.

Contra o espectáculo da imbecilidade e da repressão, a festa da guerrilha?!

Que cada quarto ou casa seja uma área libertada!

Vamos ocupar casas e pintá-las com as cores do céu; pintar as ruas e dar ácido aos chuis, aos psiquiatras e aos senhores ministros. E, mijados de riso, depois da «vitória», iremos por aí fora como dantes, apenas mais felizes.

O ANJO NEGRO E OS SEUS ENFANTS TERRIBLES

PS — «Mau governo traz mau tempo» (provérbio chinês).

ARTUR



RECUSO ABSOLUTAMENTE A DROGA!

Essa DROGA que nos é injectada pela TELEVISÃO, pela RADIO, pela maioria dos JORNAIS, LIVROS e REVISTAS... que provoca estados maniaco-depressivos, dependências e habitações extremas, terrores nocturnos, situações de angústia e insegurança...

Essa DROGA que floresce nos ciriemas, na publicidade, nas ruas...

Essa DROGA que abunda nos serviços administrativos, na burocracia, que provoca alterações no sistema nervoso que vão dos estados de cólera e exaltação a uma completa ignorância do mundo real...

Essa DROGA injectada através da Educação desde as primeiras mamadas a horas certas...

Essa DROGA de múltiplos nomes: a ORDEM, a OBEDIÊNCIA (o DEVER, o TRABALHO, a NORMA, a FAMÍLIA, a SEGURANÇA, a LEGALIDADE, o CAPITAL, etc...

Recuso absolutamente a DROGA e denunciarei no meu dia a dia quantos a querem «passar», impingir, impôr...

Denunciarei as consequências funestas dessa DROGA chamada FAMÍLIA que apodrece o quotidiano, violenta a vontade, esvazia os sentimentos mesmo quando escondida hipócritamente por detrás do sorriso «bem educado», do ar amável entre-paredes de um lar bem constituído e arrumado como se deve.

Apontarei essa ORDEM, imposta por uma minoria exploradora, essa DROGA que leva à paranoia, ao desejo de perseguir, à vontade do poder, à repressão dos outros... essa DROGA hei-de recusá-la ainda que venham os seus representantes tentar submeter-me a ela...

Com igual violência e revolta recuso essa DROGA que é um derivado da ORDEM, a NORMA... denuncio os seus efeitos profundamente negativos que levam a comportamentos de agressividade, predispõem à mania da perseguição e à tentativa de isolamento de todos os que não se «picam» com ela, qualificando-os de «anormais»...

Recuso o DEVER e o TRABALHO, drogas de gosto enganador que enriquecem os detentores do PODER, os representantes da ORDEM... contra-ponho-lhes o prazer, a alegria, o agir colectiva e solidariamente não poupando forças para o esmagamento dos «deulers» dessa droga repugnante que é o CAPITAL (no nosso ultrapassado vocabulário actual chamaríamos a este modo de agir «trabalho e cumprimento do dever», mas pela intenção e pelos resultados eles opõem-se).

Deitarei o fogo da crítica concreta e do ódio de classe a todas as plantações da legalidade man-

tidas para engordar os grandes proprietários, para defender os seus vícios escondidos e matar de fome e de impotência os que com ela são injectados desde as primeiras horas da vida...

Recuso essa DROGA chamada LEGALIDADE que impede o aborto, mas permite que os nossos filhos morram de miséria, de cólera, de doenças desconhecidas, e apodreçam em hospitais povoados de ratazanas... (será preciso lembrar o Hospital de Vila Real?)

Essa DROGA LEGALIDADE que exige a denúncia e prende gente que fuma cigarros bem menos tóxicos que o tabaco, mas deixa impunes os autores de múltiplos atentados à bomba... Essa LEGALIDADE que nos expulsa das casas ocupadas, mas permite que os senhores capitalistas armazenem substâncias tóxicas e explosivas que perigam constantemente a nossa vida... Essa LEGALIDADE que permite que se cubram os rios de uma espuma venenosa, os nossos alimentos de DDT e de outros tóxicos, (um exemplo? CACIA! Outro? As novas técnicas de agricultura industrial!)

Essas LEGALIDADE que nos revista as malas nas fronteiras mas abre as portas de par em par ao estrangeiro e se prepara para nos assassinar com cancros, leucemias, envenenamentos e fome, fabricados por uma central nuclear que só dará proveito a esse mesmo estrangeiro...

Recuso absolutamente a DROGA e denunciarei os seus efeitos, combaterei todo aquele que a quiser impôr...

Dizem-me que esqueço a muito falada liamba! Mas não tem nada a ver com essa DROGA ASSASSINA que é o CAPITAL e seus derivados! (A não ser no proveito que este tira dela).

Costava de falar a todos os amigos que se marginalizam e julgam assim destruir lentamente a DROGA...

Costava de falar também a todos os amigos que lutam pela razão que eles julgam única e inalienável do seu próprio partido e só dele...

Costava de lhes dizer a esses e a todos os que lutam, de uma forma ou de outra, que cada vez há menos espaço para gente como nós que recusa a DROGA, que não se quer deixar dominar por ela... Cada vez há menos espaço e é preciso destruir rápida e integralmente essa cambada que nos oprime, nos esmaga, polui o ar que respiramos, envenena a água e o pão que comemos para enriquecer cada vez mais...

Depressa amigos, precisamos estar unido para correr com essa cambada!

NATÉRCIA

HEIDI

GAZETA

O «menino Jesus» do capitalismo

Heidi é um fenómeno. Toda a gente vê, mesmo sem ter filhos pequenos. As revistas começam a interessar-se. Nós também tínhamos já pensado em pegar nele, até porque de vez em quando leitores nos sugerem que abordemos questões ligadas às crianças. Ora, aqui há tempos, a revista «MULHER, modas e bordados» pegou no tema numa maneira sugestiva, embora não estivéssemos de acordo com tudo, tudo. Trata-se de uma revista feminina a sério, certamente a única que aborda as questões da mulher de forma progressista e interessante.

7 MIL CONTOS EM TRÊS MESES

Entretanto, este governa-se bem, e com boa consciência. A revista Heidi, semanal a 10 escudos, mais uns números especiais a 20, importada de Espanha, aqui é só traduzir e mais nada, é distribuída por uma casa que começou em Abril do ano passado. Em Julho fomos visitá-los. O director é um major passado à reserva, todo empresário empreendedor. Que encontrou um filho: em três meses da Heidi, a casa já tinha um volume de negócios de 7 mil contos! E queixava-se da concorrência selvagem de todos os que vendiam Heidis sem terem pago direitos! Pois bem, trata-se duma empresa educativa, por óbvio. Até que enfim quem há quem se preocupe com as crianças deste país! Tal e qual. Que não tem violência, e rebéubéu, e rebéubéu. Outro número desse mês: 200 000 cadernos escolares pedidos com capa da Heidi! Ah, se nós, no «Gazeta» tivéssemos fardo de capitalistas, com um filho destes não teríamos os problemas que temos.

que esse «côu» também é estrangeiro ao nosso dia a dia, inacessível, e deixa apenas, por contraste, a resignação ao «inferno» do nosso progresso. Neste nada haverá a mudar, é claro, a política não é para a Heidi nem para o «velho dos Alpes»!



A RELIGIÃO DA HEIDI

Há qualquer coisa de religioso nesta questão da Heidi, ela aparece um pouco como o «menino Jesus» da criança moderna. Por exemplo, o circo Mariano, ali na Alameda D. Afonso Henriques. Uma parolha de palhaços pegou no filho Heidi (1). Entra primeiro o Avó, depois o Pedro e a cabrinha, fazem uns números, e cria-se a expectativa. Então a Heidi?, pergunta a comparsa a criar ambiente, vocês não querem chamar por ela? E põe habilmente toda a arrai-múda a gritar «Heidi Heidi Heidi!». As luzes apagam-se (de forma a que as crianças não tenham uma decepção porque a criança que aparece não é «igual» à Heidi da televisão) e as crianças têm a sua «menina-douca» ali em carne e osso. A cena repete-se 4. Ela faz uma curta aparição e bumba, chamem-na outra vez! «Heidi Heidi Heidi!». Lá vem outra vez o «menino Jesus». Lembra as seitas religiosas em êxtase a chamar pelo «Senhor»! A canção da televisão ajuda ao clima, as crianças estão realmente fascinadas.



SEM PAI NEM MÃE

Mas se isto pega assim, por alguma razão é. Tentemos compreender. Julgo que há duas razões de fundo para o sucesso. Uma, é que os desenhos são mesmo bons, as histórias são insignificantes mas apanham a imaginação concreta das crianças, as suas brincadeiras, o seu dia a dia. A Heidi é desenascada nas situações, é mesmo «menina», e tem o seu amigo Pedro, que ajuda quando é preciso «qualidades de homem». A outra razão é tratar-se de um folhetim, um herói que aparece todas as semanas, com quem é possível uma identificação real das crianças, quando a maior parte dos desenhos animados são de heróis esporádicos, que não se repetem.

E tem mais coisas. Por exemplo, a Heidi não tem pai nem mãe. O que ajuda bastante a evitar conflitos inevitáveis nas famílias, quando o pai ou a mãe lhe ralhassem, ou ela fizesse asneiras. Como o menino Jesus, não acham, que também era muito bonzinho e nunca ninguém lhe ralhava. Há o Avó, mas esse não castiga, é apenas um amigo mais velho e sábio, que ajuda em situações mais complicadas. Os pais da fita são exteriores, a menina Rottemeier ou a tia. Ou então, o mundo da montanha que contrasta com as ruas agitadas e cheias de fumo das cidades, com as casas pequenas, as pessoas grandes cansadas e irritadas. Ou seja, uma espécie de côu, de mundo agradável. O que não deixa de ser uma certa crítica ao urbanismo selvagem em que nós vivemos. Só



EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA?

Disto isto, também há que dizer que as histórias de crianças sempre foram assim, e que bem raras são as histórias infantis «de esquerda». Até me lembro de, aqui há uma dezena de anos, ter conhecido um pai de esquerda muito revolucionário, com dois filhos de cerca de dez anos, muito politizados (ela chamava-lhes «os meus guerrilheiros»), que ouviam todas as conversas políticas do pai e eram tão politizados que nem sequer sabiam brincar! Ai é que está o problema: nem oito nem oitenta! Como fazer então? Quem quer pegar na questão!



«PAI, COMPRA-ME A HEIDI!»

Por outro lado, tal como deus-nosso-senhor, a Heidi está em toda a parte, em trinta revistas diferentes, em cadernos, camisolas, bibes, medalhas de pôr ao peito, bonecos, em todas as montras. E na televisão, claro, que conduz o negócio. A minha filha de seis anos hesitou seriamente em ir ao circo, porque assim não podia ver a Heidi do domingo à tarde. O «menino Jesus» também foi produzido por um aparelho, clerical, com missas e catequeses, que disso vivia. O que nos traz ao capitalismo, pois é dele que se trata, do comércio para as crianças. Pai, compra-me a Heidi! Aquela, e esta, e mais outra ainda, o Pedro, e o Avó, e por aí fora. A acrescentar aos bifes, e aos chocolates, e aos brinquedos. E o pai e a mãe, à rasca para não entrarem na repressão, no «não!», a terem que explicar que se compram as Heidis todas não há comida para o almoço nem para o jantar, que não têm dinheiro, etc. Para todos os pais e mães «revolucionários», eis uma nova frente de luta contra o capitalismo.



TELEVISÃO «ESTRANGEIRA»

Em resumo, e passando para a televisão. A Heidi é muito típica da televisão burguesa, a que sempre tivemos durante o fascismo e que agora nos voltou. Pessoas importantes com discursos sem importância nenhuma, é um ver se te avias, todos os dias, até saturar. Para compensar, coisas estrangeiras, lá de longe, de outro mundo. Ou filmes com problemas de burgueses ricos e cultos, ou festivais itálicos com cenários artificiais até ao absurdo, ou policiais e semelhantes com problemas que nunca se põem no dia a dia de cada um. Problemas concretos do povo português? Isso tivemos após o 25 de Abril, às vezes com demagogia é certo, mas com que força! O povo tinha a palavra, caramba! Quotidiano do espectador, não, isso não pode ser, é preciso é cultivá-lo (dar-lhe cultura burguesa e inútil) e distraí-lo com coisas passadas noutra universo. Tal como a Heidi, exactamente.

F. B.

(1) A propósito, não me parece correcto dizerem que apresentam a única mulher palhaço da Europa! Ela nem sequer é uma mulher palhaço a sério, o verdadeiro palhaço é o Zéquinha, que me pareceu muito bom, a mulher é mais uma comparsa que um palhaço, e nós temos uma verdadeira mulher palhaço, a Tété, que faz mimica, se caracteriza à preceito, e até mete política nos números que improvisa. Talvez por isso, a deixem de lado.

TANTO DÁ ATE QUE FURA